

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

NATÁLIA LUERSEN MOREIRA

O FUNCIONAMENTO DO PROJETO GURI NO MUNICÍPIO DE PANAMBI-RS E O
PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 20/07/2007


Rosana Maria Gaio
Depto de Serviço Social / CSE

FLORIANÓPOLIS

2007/1

NATÁLIA LUERSEN MOREIRA

**O FUNCIONAMENTO DO PROJETO GURI NO MUNICÍPIO DE PANAMBI-RS E O
PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. MS. Cristiane Selma
Claudino.

FLORIANÓPOLIS

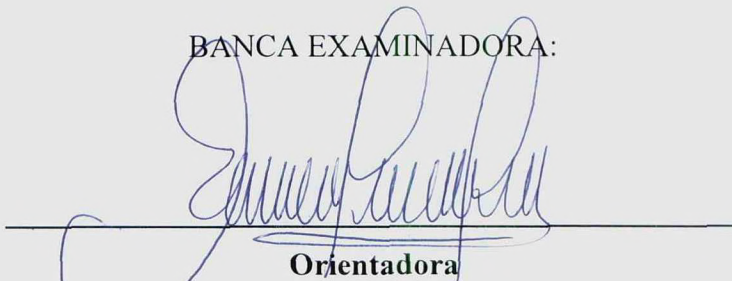
2007/1

NATÁLIA LUERSEN MOREIRA

**O FUNCIONAMENTO DO PROJETO GURI NO MUNICÍPIO DE PANAMBI-RS E O
PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS**

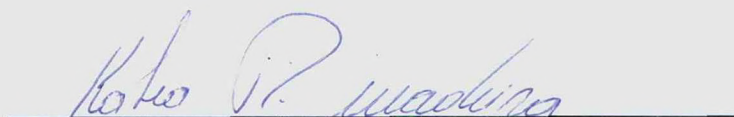
**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA:



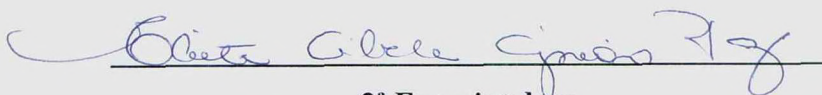
Orientadora

Profª. Cristiane Selma Claudino, Ms. – Professora do Departamento de Serviço Social



1ª Examinadora

Assistente Social Kátia Regina Madeira, Ms.



2ª Examinadora

Profª. Eliete Cibele Vaz, Drª. – Professora do Departamento de Serviço Social

Florianópolis, Julho de 2007

AGRADECIMENTOS

Agradeço de coração:

À minha mãe, pelo amor, pela dedicação, apoio, motivação, batalha. Um exemplo.

Ao meu pai, pelo amor, pela dedicação, companhia, paciência, estímulo.

Ao meu irmão David, tão longe e tão presente.

Aos meus avós Luersen pela presença, pelo carinho, pelo afago.

À família de um modo geral que acompanhou todo esse longo processo e esteve junto sempre que precisei.

Aos meus amigos incríveis e maravilhosos, seja pelas mil ajudas, seja pelo apoio moral, seja pelas pizzas e risos. À Milena em especial, uma amiga anjo.

A Cris, minha orientadora mais amada, pela preocupação, pela sabedoria, pela dedicação e pelo carinho.

A todos aqueles que de alguma forma fizeram parte desse caminho e certamente contribuíram para que ele findasse dessa forma.

“A Criança e o Adolescente não podem esperar. Eles só tem uma única oportunidade de crescimento e desenvolvimento, ou seja: eles tem direito à infância”.

(Organização Internacional do Trabalho)

MOREIRA, Natália Luersen. **O funcionamento do Projeto Guri no município de Panambi-RS e o perfil dos adolescentes atendidos.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo conhecer o funcionamento do Projeto Guri no município de Panambi, Rio Grande do Sul, bem como o perfil dos adolescentes atendidos que se configuram como a demanda do projeto. A metodologia utilizada foi a realização de um estudo exploratório e descritivo. Fizemos uma revisão de bibliografias que num movimento dialético e de complementariedade ao estudo documental fundamentou reflexões e análises. Para o estudo documental utilizamos como fonte para coleta de dados as Fichas de Inscrição do Projeto Guri, a fim de traçar o perfil dos adolescentes atendidos no período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007, e aplicamos um questionário por nós formulado com sete perguntas abertas e descritivas às três Assistentes Sociais que atuam com o Projeto Guri. Para a fundamentação teórica, utilizamos bibliografias que discursaram sobre o Trabalho, sobre Políticas Sociais, e legislações que tratam da proteção de adolescentes, principalmente. Destacamos os autores: Faleiros (2000), Antunes (2002), Pereira (2000), Iamamoto (2001,2004). Este trabalho, por fim, traz uma análise do Serviço Social inserido no Projeto Guri no contexto da Política de Assistência Social municipalizada, permeada por uma lógica assistencialista e meritocrática.

Palavras-chave: Trabalho Precoce; Política Social; Serviço Social; Adolescência.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Sexo.....	51
Gráfico II: Naturalidade.....	53
Gráfico III: Escolaridade.....	54
Gráfico IV: Renda Per Capita.....	56
Gráfico V: Usuários do Programa Bolsa Família.....	58
Gráfico VI: Quem garante a subsistência.....	59
Gráfico VII: Grupo Familiar.....	60
Gráfico VIII: Bairro onde residem.....	61

LISTA DE SIGLAS

ABRINQ	Associação dos Fabricantes de Brinquedos
AMPE	Aprendizagem Metódica no próprio emprego
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
EC	Emenda Constitucional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FGTS	Fundo de garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB	Norma Operacional Básica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 ADOLESCÊNCIA E TRABALHO.....	14
1.1 CATEGORIA TRABALHO.....	14
1.1.1 O Trabalho e o Trabalhador na Sociedade Capitalista neoliberal.....	17
1.2 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE DO BRASIL.....	21
1.2.1.Retrospectiva histórica.....	23
1.2.2 Legislação vigente – ECA, Constituição Federal, CLT.....	26
2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ADOLESCENTE.....	30
2.1 POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	30
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	35
2.2.1 Perspectivas do SUAS.....	37
3 O PROJETO GURI EM ANÁLISE – A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL E O PERFIL DOS ADOLESCENTES.....	40
3.1SITUANDO A INVESTIGAÇÃO.....	40
3.1.1 Contexto político-econômico-social.....	40
3.1.2 Como se desenvolve o Projeto Guri.....	43
3.2 ANÁLISE DO PROJETO EM RELAÇÃO À LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	46
3.3 O PERFIL DOS ADOLESCENTES.....	51
3.4 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO GURI – AS ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDEM.....	62
3.4.1 Em relação ao funcionamento do Projeto.....	63
3.4.2 A avaliação do Serviço Social em uma perspectiva ampliada.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
PROPOSIÇÕES.....	73
REFERÊNCIAS.....	75
APÊNDICES.....	80
APÊNDICE A – Ficha para coleta de dados dos adolescentes.....	81

APÊNDICE B – Questionário.....	82
ANEXOS.....	84
ANEXO A – Constituição Federal de 1988.....	85
ANEXO B – Lei nº 8.069/90.....	86
ANEXO C – Decreto-lei nº 5.452/43	88
ANEXO D – Lei nº 5.598/05.....	94
ANEXO E – Comunicação Interna.....	101

INTRODUÇÃO

Com as metamorfoses do sistema capitalista criam-se estratégias de superação das crises para manter o sistema em pleno desenvolvimento. À medida que alteram-se os padrões de produção, pois, alteram-se em conformidade as relações de regulação social.

Políticas sociais são criadas como forma de intervenção do Estado no modo de produção capitalista de maneira a amenizar conflitos e manter a coesão social e a acumulação.

As atuais configurações do sistema capitalista de acumulação, iniciados no Brasil, a partir do fim da década de 80, refletem-se no âmbito da sociedade, e acirram-se as causas decorrentes desse novo padrão.

É na mesma época que surge um novo modelo de proteção social, inaugurado pela Constituição Federal de 1988 (CF 88), onde uma sofisticada gama de direitos e deveres são assegurados, vislumbrando para o país a passagem de um momento de ditadura, de proibições, de violações, para uma nova era de liberdade, de direitos.

A garantia da Proteção Social inclusa pelo tripé da Seguridade Social – Saúde, Previdência e Assistência Social – inova para o país a regulamentação de proteção com igualdade de direitos, universalidade de cobertura e equidade na prestação de serviços.

Ao mesmo tempo em que se instaura o novo modelo neoliberal na esfera do trabalho: reestruturação produtiva, globalização, passagem para o capital financeiro, etc., aviltam-se problemas como o desemprego estrutural, a flexibilização do trabalho, o empobrecimento acelerado de um grande contingente da população.

As políticas públicas são inseridas nessa lógica, e se por um lado aumenta-se a demanda para a cobertura, por outro são atingidas pela desresponsabilização estatal, pela lógica da concorrência, pelo corte de gastos exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pela lógica da mercadorização dos serviços e pelo enfraquecimento do poder de pressão das classes subalternas.

Dentre os focos de atenção das políticas públicas (educação, saúde, habitação, etc.) a faixa etária compreendida pela adolescência configura-se como prioritária pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, segundo Dias (2005), o Brasil, comparado a outros países da América Latina e da Europa, não possui tradição no investimento em políticas públicas específicas para os setores juvenis.

A UNESCO, que define a faixa etária para a juventude de acordo com as Nações Unidas – de 15 a 25 anos, afirma que os jovens sofrem na atualidade um processo de

adultização acelerado, pois estão expostos a diversas vulnerabilidades e múltiplos desafios: “são os jovens – talvez mais do que qualquer outro grupo populacional – que enfrentam as maiores incertezas e os riscos advindos do processo de globalização” (UNESCO, 2004).

Esses desafios são marcados principalmente nos grupos que apresentam maior vulnerabilidade social, pois estão expostos ao grande distanciamento entre ricos e pobres, que resulta em uma grande frustração diante das possibilidades presentes na sociedade e as distantes condições de aproveitá-las. A dificuldade de ingresso no mercado de trabalho reflexo da própria condição de reestruturação produtiva do capital, aliada ao ensino de má qualidade ou ao baixo aproveitamento advindo da própria condição de pobreza que obriga os jovens a buscar outras alternativas¹. A falta de expectativas aliada ao crescimento da violência, ao mundo ilegal do tráfico de drogas geram uma maior fragilidade dos jovens. Pesquisa da PNAD de 2001 mostra que chega a 22% o número de jovens que não estudam nem trabalham, o que equivale a quase 11 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos. Trata-se pois, de um grupo que merece atenção das políticas públicas.

A motivação para a compreensão acerca da relação de políticas públicas direcionadas à juventude se deu devido ao contato com o Projeto Guri, pela inserção na Prefeitura Municipal de Panambi pela prática de estágio curricular obrigatório entre o período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007. Este contato despertou a curiosidade na relação entre a Política de Assistência Social no âmbito Municipal para a promoção e garantia de direitos e da cidadania dos adolescentes que configuram-se como público alvo de políticas públicas e em específico do Projeto Guri.

Assim, constitui-se em objeto deste estudo **O Funcionamento do Projeto Guri no Município de Panambi-RS e o Perfil dos Adolescentes Atendidos.**

Em Panambi, o Projeto Guri foi implementado em 1997. Vincula-se à inserção de aprendizes no mercado de trabalho, mas passou por algumas alterações em virtude de mudanças na legislação (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). Ou seja, está há 10 anos em funcionamento sob a coordenação do Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal.

A pesquisa justifica-se pela importância da reflexão sobre o deslocamento das políticas sociais públicas para o contexto municipalizado, adquirindo novas configurações e utilizando-se como referência o Projeto Guri. Um dos eixos do Sistema Único de Assistência

¹ A UNESCO considera que é grande o número de jovens pertencentes às famílias de baixa renda que abandonam a escola entre os 15 e 17 anos para começar a trabalhar. A média de anos de estudos entre jovens para o ano de 2003 é de 7,5 anos (UNESCO, 2004, p. 52), o que, para o ensino regular, significaria nem o alcance do término do ensino fundamental.

Social (SUAS) é justamente a descentralização político administrativa, co-responsabilizando as três esferas de Governo e principalmente aos municípios e Estados responsabilidades na execução da Política de Assistência Social.

Torna-se relevante nesse âmbito estudar o desdobramento das diretrizes previstas na legislação, tanto da Política de Assistência Social, e do ECA, a fim de constatar as aproximações e distanciamentos entre o legal e o real.

Pelo contato com o Projeto Guri, vislumbramos como necessário a análise em relação à importância e a direção que as políticas sociais tomam em uma sociedade capitalista onde impera a lógica do consumo, e o poder político representado ou pressionado por classes dominantes defende interesses em favor da mercantilização dos serviços sociais, ou ainda da solidariedade e da ajuda como forma de mascaramento da real exploração e perversão do Estado no achatamento dos direitos sociais, trabalhistas, etc. é pois, nessa lógica que as políticas sociais ficam a mercê de uma lógica contábil, dependente da sobra de recursos públicos.

Ainda sob essa configuração, políticas sociais têm como demanda adolescentes pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade, que se caracterizam por ser uma demanda que tem sua vulnerabilidade própria da idade, seja pela passagem por uma fase de transição entre a fase infantil e adulta de onde advém uma série de situações como a criação e negação de valores, o compromisso em assumir novas responsabilidades, etc; seja pela situação de vulnerabilidade social, causada pela carência econômica e a conseqüente exclusão social das famílias.

Ou seja, a demanda do Serviço Social atendida pelas políticas sociais em geral, e pelo Projeto Guri em específico, configura-se como um desafio para o profissional de Serviço Social no encaminhamento de emancipação do sujeito e de quebra da perpetuação de falência das funções sociais dessas famílias, que têm a Assistência Social como esfera de garantia e promoção de direitos, e nem sempre cumpre com esse compromisso.

Nesse sentido vislumbramos a importância desse estudo que contempla a análise de um programa social municipal, da proteção ao adolescente e do trabalho executado pelo profissional Serviço Social, tendo como embasamento prático inserção e acompanhamento do Projeto Guri.

O objetivo geral desse estudo configura-se por conhecer o funcionamento do Projeto Guri no município de Panambi, Rio Grande do Sul, bem como o perfil dos adolescentes atendidos que se configuram como a demanda do projeto.

Como objetivos específicos enumeramos:

- Retomar as categorias teóricas que problematizam o debate sobre o Adolescente trabalhador;
- Verificar o funcionamento do Projeto Guri do município de Panambi frente às legislações vigentes;
- Localizar o Projeto Guri dentro da Política de Assistência Social;
- Identificar o perfil da população demandante do Projeto Guri, ou seja, os adolescentes, no período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007;
- Analisar o Serviço Social atuante no Projeto Guri à luz da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e do código de ética profissional do Assistente Social.

A metodologia utilizada foi a realização de uma pesquisa exploratória e descritiva, que é feita através da aproximação com o tema, a fim de conhecer os fenômenos ligado ao tema de pesquisa. Para Gil (1991), a pesquisa exploratória assume, na maioria das vezes, o formato de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso, e visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, tendo como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Fizemos uma revisão de bibliografias que num movimento dialético e de complementariedade ao estudo documental fundamentou reflexões e análises. Este processo foi possível através da exploração e análise de textos, artigos, livros, monografias que referiam-se ao tema estudado. Utilizamos também as legislações que tratam, principalmente, da proteção de adolescente, em especial: ECA, CF, Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), LOAS, entre outras.

No que tange ao estudo documental usamos como fonte para coleta de dados, as fichas de inscrição do Projeto Guri, a fim de traçar o perfil dos adolescentes que foram atendidos pelo projeto, no período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007, período este que em estivemos realizando estágio obrigatório no Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Panambi. Nesta ficha constam dados pessoais do adolescente e informações referentes à sua família. Os dados analisados referiram-se ao sexo, à escolaridade, à naturalidade, ao bairro de residência, à composição familiar, ao membro que garante a subsistência, bem como a renda per capita, e à inserção ou não no Programa bolsa família.

Utilizamos ainda um questionário por nós formulado, com sete perguntas abertas, descritivas, aplicados às três Assistentes Sociais que compõem o quadro de profissionais de

tal espaço. Com este instrumento visamos coletar informações sobre a relação entre o Serviço Social e o Projeto Guri, a partir da opinião profissional delas.

Assim, estruturamos este trabalho em três seções: a primeira retoma conceitos sobre o trabalho, a partir de aportes teóricos marxistas, e contextualiza a questão do trabalho na sociedade capitalista neoliberal. Em seguimento elucida-se a proteção ao trabalhador adolescente, fazendo uma retrospectiva histórica mundial e abordando os avanços e retrocessos nas legislações brasileiras.

A segunda seção trata das políticas sociais e da relação destas com a adolescência, abordando a Política Nacional de Assistência Social e as configurações a partir do SUAS.

A terceira e última seção situa a investigação, enfocando o Projeto Guri a partir de uma descrição do contexto onde ele se desenvolve e a descrição do Projeto na sua forma prevista e de execução. Em seguida traçamos o perfil dos adolescentes atendidos a partir de uma análise crítica dos dados coletados. Fazemos uma reflexão sobre o Projeto na sua relação com a legislação vigente e a atuação do Serviço Social.

Para a finalização traçamos algumas considerações finais, cujas conclusões foram construídas dentro do processo investigativo, resultando pontuações importantes para a conclusão do trabalho.

1 ADOLESCÊNCIA E TRABALHO

1.1 CATEGORIA TRABALHO

O trabalho, no seu sentido mais genérico, pode ser entendido como produtor de valores de uso, através de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. Ou seja, objetos naturais são transformados em coisas úteis.

O trabalho, segundo Lukács (1980 apud ANTUNES, 2002) está no centro do processo de humanização do homem. Ele se constitui como uma categoria intermediária que possibilita a passagem das formas pré-humanas para o ser social.

O que distingue basicamente o trabalho humano é a dimensão teleológica, o uso e criação de instrumentos e a criação de novas necessidades.

A teleologia é, segundo Lukács (1980 apud ANTUNES, 2002) o elemento constitutivo central do trabalho. É a capacidade da prévia ideação de algo que com o trabalho vai ser feito. Ou seja, a imaginação antecipada do que irá realizar. Marx (1985) utiliza o conhecido exemplo da distinção entre a abelha e o arquiteto: “[...] a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”. (MARX, 1985 apud IAMAMOTO, 2001, p. 40).

É por meio do trabalho, da teleologia, que a consciência deixa de ser um epifenômeno da reprodução biológica, como a consciência animal, e passa a ser uma atividade autogovernada (ANTUNES, 2002).

O trabalho é, portanto, o elemento mediador entre a esfera da necessidade e a da realização desta; dá-se “uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico quando o trabalho intervém como mediação entre necessidade e satisfação imediata” (LUKÁCS, 1980 apud ANTUNES, 2002, p. 139).

Mais tarde, novas formas da práxis social alteram a relação simples homem-natureza por inter-relações com outros seres sociais, passando a depender da cooperação entre muitas pessoas. Lukács (1980 apud ANTUNES, 2002) denomina-as como posições teleológicas secundárias, que Antunes descreve que objetivam o convencimento e a inter-relação dos seres sociais, e representam expressões mais desenvolvidas e crescentemente complexificadas da

práxis social. Essas posições teleológicas secundárias, que se constituem como momento de interação entre os seres sociais, são, por exemplo, a práxis política, a religião, a filosofia, a ética, etc. Não são consideradas por Lukács como secundárias por serem menos importantes, pois a esfera da intersubjetividade da qual fazem parte é decisiva nas formações sociais.

Por meio do trabalho, tem-se então um processo que simultaneamente altera a natureza e transforma o próprio ser social que trabalha. É a produção objetiva e subjetiva, pois, segundo Iamamoto (2001) o trabalho implica mudanças também no sujeito – homem – e não só no objeto-natureza. A produção objetiva é a produção material, ou seja, de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, a produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem a sua vida material. É também subjetivo, pois, o trabalho é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades.

Com a divisão do trabalho e a emergência da propriedade privada acontece o divórcio entre o interesse do indivíduo em particular e o interesse coletivo de todos os indivíduos. Este último fixado num poder superior aos indivíduos singulares, que pode ser representado pelo Estado, pela religião ou outro.

O trabalho tem caráter social, pois necessita de legados, de conhecimentos das gerações anteriores, de instrumentos, matérias, etc. O homem só pode realizá-lo através da relação com outros homens. É nesse sentido que o trabalho é um ato histórico e o homem um produto histórico-social. (IAMAMOTO, 2001).

O processo de trabalho tem duas especificidades assim divididas: um tipo de trabalho concreto particular, que através dos meios de produção, matérias-primas etc. e outro, intrínseco, que são as relações sociais através das quais se realiza aquele trabalho concreto. Na sociedade capitalista o objetivo não é “apenas produzir produtos ou serviços que satisfaçam necessidades sociais. O objetivo é também a produção da riqueza e a reprodução ampliada do capital inicialmente investido”. (IAMAMOTO, 2001, p. 65).

A partir da economia mercantil, da divisão do trabalho, e um conseqüente amplo desenvolvimento da troca, o trabalho passa a adquirir um caráter homogêneo, como trabalho humano geral, pois é voltado à produção de objetos que satisfaçam uma necessidade social, ou seja, a produção de valores de uso para outrem, e lhe é identificado como dispêndio de força humana, a qual é atribuído valor. Ou seja, “as mercadorias contêm valor por serem materialização de trabalho humano abstrato, que é a substância mesma do valor”. (IAMAMOTO, 2001, p. 50).

A medida de grandeza do valor é dada pelo tempo de trabalho socialmente necessário investido na produção de determinada mercadoria. As mercadorias permitem serem trocadas a partir de uma substância comum que contém: o trabalho humano medido pelo o tempo socialmente necessário, que permite estabelecer relação de equivalência entre mercadorias qualitativamente distintas, relacionando-as entre si (IAMAMOTO, 2001). O processo de troca da mercadoria atribui a ela seu valor de troca. E é através da troca de mercadorias que visam atender às necessidades sociais que o trabalho pessoal transforma-se em trabalho social.

O homem, por sua vez, que é livre, oferece a sua mercadoria, a sua força de trabalho. Essa liberdade, que rege as relações entre os indivíduos, é o que Iamamoto (2001) chama da visão paradisíaca da sociedade burguesa, pois é através de um ato de vontade, e não de coação externa, que os homens trocam suas mercadorias movidos pelo desejo da satisfação das suas necessidades. Ou seja, cada um aliena livremente sua propriedade. O pressuposto da existência do capital é o trabalhador livre e despossuído dos meios de vida necessários à sua sobrevivência e de sua família. No entanto, essa liberdade é relativa, uma vez que o homem não vê outra alternativa de vida, a não ser oferecer aquilo que possui, a força de trabalho. Ao mesmo tempo, o capital forma uma massa de trabalhadores, que não tem espaço de inserção do trabalho, e ficam disponíveis.

O indivíduo alienado, produtor de mercadorias e por conseguinte da riqueza, “comporta-se frente às condições produzidas a partir dele não como condições de sua própria riqueza, mas da riqueza alheia e de sua própria pobreza” (MARX, 1980 apud IAMAMOTO 2001, p. 59) A partir do desenvolvimento da divisão do trabalho, ocorrem relações distintas entre os indivíduos e as matérias, instrumentos e produtos do trabalho. A distribuição desigual da propriedade, isto é, da livre disposição sobre o trabalho de outrem que forma a relação classes.

A condição histórica do indivíduo como trabalhador, considera-o como pobre, pois a ele não resta alternativa senão a venda da sua energia vital para a obtenção dos meios de subsistência dele e de sua família. Dessa forma, A obtenção dos meios de vida depende de um conjunto de mediações que são sociais, passando pelo intercâmbio de mercadorias, cujo controle é inteiramente alheio aos indivíduos produtores. (IAMAMOTO, 2001).

O trabalhador então, visto como possuidor de uma mercadoria com valor de uso, a sua força de trabalho, e também, possuidor de valor de troca, pois a faz na troca por dinheiro a fim de satisfazer suas necessidades. O que produz então, é o salário, em forma de dinheiro, que lhe é auferido quantitativamente, de forma que desfrute qualitativamente dos bens de consumo (é de livre escolha os bens que deseja consumir, ou as necessidades que deseja

satisfazer). Ao capitalista, por sua vez, resta o lucro (a mais valia), caracterizado pelo acréscimo do capital inicial advindo do tempo de trabalho não pago.

O que do ponto de vista do capital se apresenta como mais-valia, do ponto de vista do trabalhador se apresenta exatamente como mais-trabalho para além das necessidades do trabalhador, ou seja, além da necessidade imediata para a manutenção da sua condição vital. O grande sentido histórico do capital é o de criar este tempo de trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do valor de uso, da mera subsistência. (MARX, 1980 apud IAMAMOTO, 2001, p. 73).

O objetivo do capitalista de aumentar sua riqueza dá-se pela ampliação da jornada coletiva de trabalho e/ou pela elevação da produtividade do trabalho social, reduzindo o tempo de trabalho necessário e ampliando o tempo de trabalho excedente. Para isso, é necessário um aumento do consumo existente, a produção e difusão de novas necessidades através da expansão de mercados e ainda a descoberta de novos valores de uso. (IAMAMOTO, 2001, p. 74).

Para o trabalhador, destarte, ocorre um processo de estranhamento ao processo produtivo, pois os materiais que utiliza, os instrumentos com que trabalha não o pertencem, tampouco o próprio trabalho, sua energia, que foi cedida ao capital. “O trabalho só pertence ao indivíduo produtor como esforço, mas como substância criadora de valor que é propriedade do capital.” (MARX 1974 apud IAMAMOTO, 2001, p. 77). Essa situação impele ao trabalhador um sentido de castigo, sentimento propulsor da rebeldia.

1.1.1 O Trabalho e o Trabalhador na Sociedade Capitalista neoliberal

Em se conhecendo as características do trabalho no modo de produção capitalista, abordaremos a situação do trabalho e do trabalhador no contexto atual, onde predominam formas neoliberais no ideário econômico e político.

Offe (apud IAMAMOTO, 2004, p. 86) defende a idéia de que “o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais”.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho constituem-se como respostas do capital à sua própria crise, e refletem a sua própria lógica destrutiva.

As duas tendências do capitalismo contemporâneo resumidas por Antunes (1999) são: a substituição do padrão taylorista e fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e

desregulamentadas do toyotismo (ou modelo japonês), ou acumulação flexível. A outra se refere ao desmonte do modelo social democrático dos países centrais pela inserção do modelo neoliberal privatizante e anti-social.

O toyotismo, difundido a partir dos anos 70, começa a preparar o terreno do modo de produção capitalista para a inserção do neoliberalismo. As características mais gerais do toyotismo são: o trabalhador polivalente, com multivariada de funções (empresa enxuta); o princípio *just in time*, ou seja, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção; a horizontalização do processo produtivo, inserindo a terceirização de grande parte do processo; a qualidade total, através dos Círculos de Controle de qualidade (CCQ).

Pereira (1999) chama o novo fenômeno de dominação dos países periféricos ou subdesenvolvidos como uma *recolonização*, onde os países mais desenvolvidos que centralizam o poder econômico (liderado pelos EUA, Alemanha e Japão) vislumbram nos países subdesenvolvidos uma fonte de exploração de mão-de-obra, de matérias primas, etc, implantando suas empresas multinacionais (verdadeiros oligopólios) com uma série de vantagens (no caso brasileiro, por exemplo, a isenção de impostos por determinado período), onde a riqueza produzida não fica no país, e a partir da abertura de fronteiras, os Estados nacionais perdem forças. Os produtos que aqui são produzidos deixam de ser nacionais e tornam-se apátridas.

O trabalho remunerado, como já elucidado, é um mero meio de obtenção do salário para manutenção das necessidades básicas. Dessa forma, o capital estimula a figura do trabalhador polivalente, que realiza múltiplas atividades ao mesmo tempo e pelo mesmo salário, o que destitui as especialidades profissionais, principalmente as de menor qualificação, e gera uma maior rotatividade de trabalhadores (IAMAMOTO, 2004) já que há um contingente sobrando, excluído do processo de trabalho, que se dispõe a realizar múltiplas funções.

Nesse processo “a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores [...] mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos [...]” (ANTUNES, 1999, p. 25) criando, portanto, uma classe trabalhadora dividida entre qualificados e desqualificados, bem como entre o mercado formal e informal e etc.

A corrente neoliberal, introduzida no Brasil no final dos anos 80, após o país ter ratificado as diretrizes do Consenso de Washington, se comprometeu a realizar mudanças estruturais de intensas reformas, “contemplando reestruturação produtiva, privatização

acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o FMI”. (ANTUNES, 1999, p. 22).

A passagem do capital produtivo para o capital financeiro fez com que um contingente expressivo de trabalhadores fossem excluídos do mercado formal de trabalho ao mesmo tempo em que o Estado retraiu-se, causando o crescimento da pobreza e da miséria, pois o acesso ao trabalho continua sendo a condição preliminar de sobrevivência da maioria da população. (IAMAMOTO, 2004).

Além disso o avanço tecnológico e científico possibilita a força de trabalho humana seja reduzida ou substituída (pelo menos em parte), tornando a ciência uma força produtiva por excelência, repelindo uma parte da força de trabalho que procura alternativas de sobrevivência através de outras formas de trabalho.

Com a reestruturação produtiva, a competitividade é a premissa primordial, para o aumento da produtividade. A lógica da concorrência faz com que as empresas se atualizem frente às aceleradas evoluções tecnológicas. A empresa se vê focalizada a produção do fim, e transfere para outros as funções secundárias que permeiam as relações de produção, terceirizando serviços. Porquanto esse fenômeno, que serve como estratégia de aumento da qualidade do serviço, tem se mostrado um instrumento de desmonte de direitos do trabalhador, através da redução de custos (da qual a “empresa mãe” se desresponsabilizou) e “normalmente, a subcontratada tende a reproduzir a lógica da empresa-mãe de fuga dos encargos trabalhistas, num contexto de aumento dos lucros de produção” (MELO et al, 1998, p. 202). O trabalhador, por sua vez, se vê, por um lado, sujeito a estas condições diante do desemprego estrutural, e por outro lado, vê enfraquecida as instâncias de pressão de defesa dos trabalhadores, pela própria lógica do esvaziamento do espaço de discussão caracterizado pela fábrica.

Segundo Pereira (1999) o distanciamento entre ricos e pobres cresceu significativamente nas últimas décadas, a nível mundial. Em 1960, os ricos ganhavam trinta vezes mais do que os pobres, enquanto que em 1994, esse ganho mais que duplicou. Em 1994, os 20% mais ricos ficaram com 86% de tudo que foi produzido no mundo, contendo uma renda 78 vezes superior à dos 20 % mais pobres (TOLEDO, 1997 apud PEREIRA 1999). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a PNAD de 2002 mostra que o 1% mais rico da população acumulou o mesmo volume de rendimentos dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos ganharam 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Segundo o IBGE (2003), houve ligeiras reduções da desigualdade de renda em todas as regiões, exceto

na Sudeste, entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. A maior redução de desigualdade ocorreu na região Sul.

Isso significa dizer que a forma de acumulação, que se configura atualmente pelo capital financeiro, traz conseqüências devastadoras para a maior parte da população, e um dos fatores seria, segundo Pereira (1999), o descompromisso dos especuladores dos mercados financeiros, que comumente são ligados a grande investidores internacionais, que enriquecem sem nenhum compromisso com o sistema produtivo, que gera empregos.

Esse modelo reflete

uma profunda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se a força que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental *sociedade do descartável*, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 1999, p. 19).

Segundo informa a Organização Internacional do Trabalho (OIT, [s.d]) a globalização e as mudanças tecnológicas oferecem novas oportunidades de trabalho produtivo e de renda, no entanto, para muitos jovens em idade produtiva, estas mesmas tendências somente aumentam a vulnerabilidade que é inerente à transição da infância para a vida adulta, ainda mais se aliadas à situação de vulnerabilidade sócio econômica. Em uma dimensão mundial, milhões de jovens não estão conseguindo entrar no mercado de trabalho, e a discriminação contra jovens mulheres ainda é traço muito presente. Dados do IBGE de 2003 (DIEESE, 2005) mostram que mais de 1 milhão e 800 mil crianças de 10 a 14 anos estão inseridas no mercado de trabalho, irregularmente, pois não é permitido o trabalho a menores de 14 anos, segundo a legislação brasileira, que elucidaremos a seguir.

1.2 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR ADOLESCENTE DO BRASIL

A proteção ao trabalhador adolescente juridicamente se deu no Brasil a partir do século passado, devido à intensa exploração da mão-de-obra relacionada ao advento da Revolução Industrial e a conseqüente e crescente industrialização nas zonas urbanas do país.

No entanto, desde sempre adolescentes e crianças são inseridos no universo do trabalho, que não caracteriza-se somente por ser nas fábricas, como explorados do sistema capitalista, mas nas áreas rurais igualmente adolescentes e crianças se envolvem cedo, ora pelo motivo da complementação da renda da família, mas também por questões culturais e outras. Rizzini (1996) afirma ser a pobreza o fator maior da inserção de crianças e adolescentes no trabalho, ainda que outros estímulos como auto-afirmação, ideologia familiar e independência financeira estejam ligados ao trabalho precoce.

Com a Revolução Industrial, duas razões favoreceram o amplo emprego da mão-de-obra infanto juvenil: uma técnica e outra econômica. A primeira em virtude de que “a utilização das máquinas permite que crianças e adolescentes considerados como ‘meias forças’ pudessem ser utilizados no processo produtivo” (OLIVEIRA, 1994, p. 64) e a segunda devido “a mão-de-obra infanto-juvenil ora mais barata, sem que houvesse contestação, independente do seu trabalho” (OLIVEIRA, 1994, p. 64). Ou seja, o capitalismo vislumbrou na mão de obra infanto-juvenil uma maneira de se reduzir o custo da produção, através do pagamento de baixos salários, ao mesmo tempo em que era um contingente mais “domesticável”, mais brando do que homens viris.

Em relação aos baixos salários Oliveira (1994) relata que no século XIX aceitava-se que o adolescente recebesse $\frac{1}{4}$ da quantia salarial de um adulto (e a mulher $\frac{1}{2}$).

Não há quem ignore os abusos que se cometeram no século XIX, quando o processo de produção capitalista teve oportunidade, graças às inovações tecnológicas (máquina, vapor, eletricidade) de se utilizar de uma mão-de-obra, sobretudo infanto-juvenil e feminina, abundante, barata, pulverizada, despolitizada, instrumentalizada muitas vezes com promessas de justiça em um outro mundo. (OLIVEIRA, 1994, p. 18).

O que acontece até hoje é uma exaltação das abstratas “inegáveis” qualidades do trabalho, que são exaltadas principalmente para os adolescentes pobres, já que para os demais a prioridade fica, normalmente, direcionada ao estudo. A concepção de que o trabalho afasta os adolescentes do ócio e ainda concentra suas potencialidades em um exercício nobre,

ajudando inclusive no crescimento do País, é de senso comum e simplista, reducionista e preconceituosa, pois é relacionada a adolescentes de classes pauperizadas.

No âmbito da zona rural a situação pode ser ainda mais grave. Crianças e adolescentes são frequentemente empregados para trabalhos pesados e em condições penosas, como na lavoura canavieira, ou na mineração, por exemplo. Além de uma total desregulamentação da força de trabalho, que vigora em sua maioria através de contratos informais e verbais², ficando a margem das leis trabalhistas, as crianças e adolescentes ficam expostos aos mais variados riscos tanto a saúde física quanto psicológica, de privação do direito de desenvolvimento saudável.

Oliveira (1994, p. 27) afirma o que segue, a partir de dados retirados do boletim do IBGE de 1989:

A análise da participação dos jovens no mercado de trabalho revela o nível de desenvolvimento do País. Nas economias mais desenvolvidas a taxa de atividade das crianças e adolescentes é mínima. No Brasil, entretanto, as evidências oferecidas pela PNAD (pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) revelam um quadro preocupante e desfavorável. O trabalho infanto-juvenil é uma prática muito comum.

Documento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2001) afirma que a redução do trabalho infantil na última década é animadora, mas diante do quadro de empobrecimento da população brasileira e do aumento das desigualdades sociais, não obstante o aumento do desemprego, a luta pela proteção das crianças e adolescentes deve ser uma constante.

A OIT considera que a

noção de trabalho infantil deve-se aplicar a crianças de menos de 15 anos de idade que trabalham ou se empregam com objetivo de ganhar o próprio sustento e o das suas famílias. Acima desta idade não se trata de eliminar o trabalho, mas de lhe dar especial proteção, por exemplo, limites de duração, exames médicos prévios ou intermitentes, exclusão de ambientes insalubres, perigosos, de trabalhos penosos (carga muito pesada) ou incompatíveis com a escolaridade, etc. (OIT apud OLIVEIRA, 1994, p. 42).

² Segundo Guimarães (apud IAMAMOTO, 2001, p. 235) na década de 80 94,3% dos trabalhadores agrícolas não contribuíam para a previdência. Na lavoura Canavieira, 74,7% (MALUF, 1987 apud IAMAMOTO, 2001 p. 235) não possuíam carteira assinada.

Entretanto, no Brasil, tanto as convenções da OIT que foram ratificadas e a legislação em vigor promulgada no país nem sempre foram cumpridas com rigor. A retrospectiva histórica a seguir contempla esse fato.

1.2.1. Retrospectiva histórica

A primeira Lei que protegeu o trabalho do *menor* deu-se na Inglaterra em 1802, a “Lei Peel” onde foi fixado em 8 (oito) anos a idade mínima para ingresso no trabalho, e em 12 horas o limite da jornada de trabalho nas fábricas para menores, bem como a proibição do trabalho noturno.

No Brasil, somente após a abolição da escravatura é que foi desencadeado o debate sobre o trabalho infantil. Grande contingente de pessoas se aglomeravam nas cidades que se formavam, a procura de emprego e de melhores condições de vida. Pessoas migraram do campo para as cidades, vislumbrando na industrialização melhores oportunidades. No entanto, o processo de urbanização acelerado desencadeou diversos problemas sociais como: a falta de habitação e conseqüente formação de moradias precárias; a falta de saneamento, que ocasionou o aparecimento de epidemias e endemias; o aumento da mendicância e da criminalidade.

As condições precárias de vida das famílias levaram famílias inteiras para trabalhar nas fábricas, inclusive mulheres e crianças que se configuravam como um demanda preferencial das indústrias têxteis por terem um custo menor ao capitalista no pagamento dos salários, na busca por aumentar o rendimento familiar.

O decreto nº 1313 de 1891, denotou em seu conteúdo a preocupação com a situação da exploração do trabalho infantil visando

atender à conveniência e à necessidade de regularizar o trabalho e as condições dos membros em avultado número de fábricas existentes na Capital Federal, a fim de impedir que, com prejuízo próprio e da propriedade futura da Pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças [...] (BRASIL, 1891).

O decreto fixou a idade mínima de 12 anos, salvo nas fábricas têxteis que permitia-se admitir crianças desde os 8 anos, na Capital a República. Contudo, críticos julgavam como uma lei muito avançada para a época, o que impossibilitou sua aplicação.

Pesquisas afirmam que

em 1894, nos 101 estabelecimentos industriais pesquisados as crianças e os adolescentes representavam 15,6% da mão-de-obra total e na indústria têxtil a 25%. Em 1912, eles correspondiam a 30% do total de trabalhadores na indústria. Já em 1919, eles respondiam por 40% do total dos ocupados na indústria e a 66,7% do setor têxtil. (MTE, 2001, p. 11).

A dificuldade em se combater o trabalho infantil refletia-se pela percepção das autoridades e da família como uma solução, pois para os primeiros era uma forma de aumentar o orçamento doméstico e a conseqüente conquista de melhores condições de vida, enquanto para os segundos, era um meio de prevenir a delinquência, a mendicância e a marginalidade, ensinando a formação da honestidade e de um ofício profissional (OLIVEIRA, 1994).

Alguns movimentos em defesa da criança trabalhadora foram organizados no início do século XX. O que teve maior repercussão foi o Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores nas Fábricas, em 1917, na cidade de São Paulo.

A regulação definitiva do trabalho do *menor* se deu com a criação da Organização Internacional do trabalho (OIT) pelo Tratado de Versalhes em 1919, cujas normas definiam a idade mínima para trabalhar em 14 anos. Porém havia um tempo para sua implementação nos países que ratificaram o tratado, o que significa que no Brasil não foi cumprida imediatamente a medida.

Como agravante que dificultava a fiscalização, era o vasto contingente de mão-de-obra de filhos de imigrantes que não possuíam certidão de nascimento, e que eram empregados com idades inferiores aos propostos na lei, mas não havia comprovação.

Foi o Código de Menores de 1927 a primeira norma que regulamentou o trabalho do adolescente para todo o território nacional, definindo em 12 anos a idade mínima de admissão no trabalho, a proibição de menores de 14 anos a desenvolver atividades insalubres e perigosas e proibição a menores de 18 anos o trabalho que prejudicasse a saúde, a vida, a moralidade do *menor*. Proibiu ainda o trabalho compreendido entre às 19 horas até às 5 horas.

Não faltaram, evidentemente, quem se utilizasse dos soados argumentos liberais do século XIX, segundo os quais as normas de proteção ao trabalho infanto-juvenil feriam a liberdade de trabalho e os direitos da família, pois enfraqueciam o pátrio poder. (OLIVEIRA, 1994, p. 168).

Um *habeas corpus* proibiu por dois anos a entrada de vigência desta lei, pois interferia no poder familiar de decidir o que se configurava como melhor aos seus filhos. Estima-se que cerca de 520 fábricas foram multadas nessa época pelo descumprimento do Código de Menores, após sua efetiva implementação. (OLIVEIRA, 1994).

O artigo 121 da Constituição Federal de 1934 proibiu o trabalho a menores de 14 anos, bem como restrições ao trabalho noturno e insalubre a menores de 18 anos. A Constituição de 1937 manteve a idade mínima e ainda proibiu o trabalho noturno a menores de 16 anos.

Em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) destinou o capítulo IV, artigos 402 a 441 à proteção do trabalho do *menor*, inserindo a condição de aprendiz e o valor do “salário do *menor*” de condizia com metade do salário mínimo do trabalhador. Dispôs ainda que entre os 12 aos 14 anos o adolescente somente poderia trabalhar com serviços leves. Essa legislação enumera os serviços e locais de trabalho que são considerados prejudiciais à formação moral do *menor*, bem como os locais e serviços perigosos e insalubres (para o trabalhador adulto e não especificamente ao adolescente).

“Porém há notadamente uma preocupação voltada para atividades fisicamente penosas, mas há trabalhos psiquicamente desgastantes [...]” e ainda no caso do trabalhador adolescente observa-se “[...] maior fragilidade orgânica da criança e do adolescente pobre, devido ao conjunto de privações que sofrem: subalimentação, condições de moradia, infraestrutura precárias, o que aumenta a fragilidade frente aos elementos agressores externos”. (OLIVEIRA, 1994, p. 65). Esses aspectos não são contemplados pela legislação.

Na Constituição de 1946 a alteração se deu em relação a proibição do trabalho noturno a menores de 18 anos. A característica primordial dessa legislação, ainda que não aplicada, foi a regulamentação jurídica da isonomia salarial em favor do trabalhador adolescente (artigo 7º, Inc. XXX).

A Constituição de 1967 permitiu o trabalho a partir dos 12 anos de idade, havendo um retrocesso em relação a ultima legislação que permitia o trabalho somente a partir dos 14 anos.

Em 1973 a OIT determinou que todos os países membros deveriam comprometer-se a seguir uma política que assegurasse a abolição do trabalho infantil e elevasse progressivamente a idade mínima de ingresso ao trabalho. A idade mínima fixada por esta convenção se delimitava em 15 anos.

Os anos 80 foram marcados por intensas manifestações para a transformação social por via da democratização da sociedade após longo período de repressão da ditadura militar.

Dentro do processo de democratização da sociedade, surge, também, o movimento pelos direitos da criança e do adolescente motivados pela necessidade de superar as velhas práticas repressivas de lidar com a criança e o adolescente pobre como ameaça e perigo, romper com as políticas assistencialistas, correcionais e de isolamento, construir uma nova forma de trabalhar com após meninos e meninas de rua, compreender a criança e o adolescente como cidadão e contribuir para a formulação de novas leis que refletissem estes ideais. (MTE, 2001, p. 13).

Na CF 88, os artigos 227 e 228 foram destinados à proteção das Crianças e Adolescentes, e posteriormente regulamentados pela lei 8.069, em 1990, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.2.2 Legislação vigente – ECA, CF 88, CLT

Com a CF 88 é introduzido o princípio da Proteção Integral e uma nova concepção de criança e adolescente é incorporado pela lei. Com a promulgação da CF 88 é revogado o Código de Menores. O termo *menor* foi substituído pelos termos criança (até 12 anos) e adolescente (até 18 anos), pois o anterior trazia profunda conotação preconceituosa associada à pobreza, a delinquência e a marginalidade.

Para regulamentar os artigos 227 e 228 da Constituição, setores envolvidos com a criança e o adolescente como profissionais da área jurídica, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Sociedade Brasileira de Pediatria, a Pastoral do Menor, a ABRINQ (Associação dos Fabricantes de Brinquedos) pressionaram o parlamento para aprovar a proposta de Projeto de Lei, por eles apresentada, destinada a regulamentar os referidos artigos.

O Estatuto da Criança e Adolescente, aprovado em 1990 através da Lei 8.069/90 regulamenta uma lei própria à proteção integral às crianças e adolescentes.

Para a legislação vigente é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (CLT Art. 403, CF art 7º XXXIII; ECA Art. 60º). Até 1998 era permitido o trabalho a maiores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 12 anos de idade até os 14 anos. Com a emenda Constitucional nº 20 (15/12/98) a idade foi alterada. E posteriormente, a Lei 10.097/00 passou a considerar aprendiz adolescentes com idades entre 14 a 18 anos, alterando o disposto na CLT. Em 2005 o decreto 5.598 alterou a idade limite para a aprendizagem para 24 anos.

No entanto vê-se a necessidade em diferenciar o *trabalho em regime de aprendizagem*, do *estágio* e do *trabalho educativo*. O primeiro caracteriza-se pela necessidade de um contrato

especial de natureza trabalhista e com prazo determinado (até 2 anos) além da obrigatoriedade da frequência em cursos profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR, etc.), ou por entidades sem fins lucrativos que ministrem a educação profissional, desde que o programa seja inscrito e aprovado pelo CMDCA (Conselho Municipal de direitos da Criança e do Adolescente)³. Além disso, o adolescente deve receber um salário-mínimo-hora⁴ e ter registrado em carteira de trabalho, além do pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (2%), o que configura a proteção dos direitos trabalhistas reservado. Para que o contrato de aprendizagem tenha validade, o adolescente deve estar cursando ou ter concluído o ensino fundamental.

O art. 227 da Carta Magna não deixa dúvidas: a proteção especial nele prevista implica a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários do adolescente trabalhador. Nenhuma lei hierarquicamente inferior pode frustrar seu comando. Conseqüentemente, o legislador ordinário e, a fortiori, decisões judiciais não podem, sob o pretexto de fins sociais ou filantrópicos de programas em que o trabalho infanto-juvenil se insira, descaracterizar uma efetiva relação de emprego e cassar direitos trabalhistas do adolescente. (OLIVEIRA, 1994, p. 99)

Oliveira (1994, p. 179) defende que o trabalho na condição de aprendiz se caracteriza:

Nessa circunstância, o adolescente não trabalha para a entidade como se essa fosse sua empregadora; a relação jurídica de trabalho que se estabelece entre ambos é a de aluno-escola e o Estatuto, repita-se, não exige, sem excluir o desejável, que a entidade assuma formalmente a condição de escola regularmente inscrita como tal. Basta que efetivamente promova a capacitação. E para que a caracterização da escola apareça bem distinta, as exigências pedagógicas devem prevalecer sobre o aspecto produtivo.

Ou seja, o adolescente ingressa como aprendiz visando a aplicação do aprendizado no curso profissionalizante, não devendo ser utilizado como mão-de-obra barata. No entanto, isso

³ Consta no ECA, Artigo 90, Parágrafo único: as entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao CMDCA, o qual manterá o registro das inscrições e de suas alterações, d que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária. E Artigo 91: as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no CMDCA, o qual comunicará o registro ao Conselho tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.

⁴ Projetos de Lei dos anos de 91, 93 e 95 propuseram que a bolsa do “menor” aprendiz fosse de 50% do salário mínimo (PL nº 239/91; PL nº 384/95) ou de 2/3 do salário mínimo (PL nº 3.593/93). No entanto não foram aprovados. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/169513.pdf>>. Acesso em: 28/06/07. A CF 88, no seu artigo 7º, XXX cita a proibição de diferença de salário por motivo de idade (vide Anexo A).

contradiz a própria lógica de exploração do trabalho no contexto atual, onde o próprio trabalhador tem sua condição precarizada na desmontagem de direitos, na insegurança diante do grande contingente de desempregados.

Deve observar-se que a condição de aprendiz não deve ser utilizada como nos períodos anteriores, como na ourivesaria, por exemplo, na relação de mestre e aprendiz somente. Segundo Oliveira (1994) “Na condição de aprendiz” significa acoplado a formação profissional. O sentido técnico se contrapõe ao vulgar em que “aprendiz” é o rótulo que se dá a qualquer adolescente que começa a trabalhar ou inicia-se no trabalho. (OLIVEIRA, 1994, p. 64).

A formação técnico profissional, segundo glossário da UNESCO, é utilizada para designar o processo educativo aliado a uma formação de estudo de caráter técnico, e ainda a aquisição de conhecimentos e aptidões referentes ao exercício da atividade em diversos setores da vida econômica e social.

Ou seja, a aprendizagem é

[...] a fase, primeira de um processo educacional (formação técnico-profissional) alternada (conjugam-se ensino teórico e prático), metódica (operações ordenadas e conformidade com um programa em que se passa do menos para o mais complexo), sob a orientação de um responsável (pessoa física ou jurídica) em ambiente adequado (condições objetivas: pessoal docente, aparelhagem, equipamentos). (OLIVEIRA, 1994, p. 89).

O adolescente, para que seja caracterizado como adolescente aprendiz, pode profissionalizar-se de duas formas: a primeira escolar, em escola técnica, aprovada e supervisionada pela autoridade competente (vinculadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem, por exemplo: SESI, SENAI, SENAC, etc.). A segunda é a aprendizagem empresária, que se caracteriza por ser de longa duração, se desenvolvendo em duas partes: uma na empresa e outra num estabelecimento de formação profissional. Somente ofícios que exigem uma formação metódica mais prolongada podem ser objeto de um contrato de aprendizagem empresarial.

Oliveira (1994) relata que ocorrem abusos comumente como o de rubricar como aprendizagem atividades de Office-boy, empacotador, etc. No entanto, esses ofícios não exigem ensinamento metódico, e não necessitam que alguém exerça a função de mestre, caracterizando-se assim, como emprego de mão-de-obra barata. (OLIVEIRA, 1994, p. 92)

A aprendizagem empresária pode realizar-se, quando não há no local cursos do SENAI, SENAC, SENAR, SENAT, etc. como Aprendizagem Metódica no Próprio emprego (AMPE), onde a empresa assume a obrigação de realizar a aprendizagem.

O estágio foi regulamentado pela Lei 6.494 de 1977. A prática de estágio caracteriza-se pela participação do estudante/estagiário em situações de vida e trabalho, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado. Ocorre uma relação jurídica triangular, onde escola, entidade cedente e aluno estagiário de comprometem. A idade mínima de ingresso como estagiário é de 16 anos. Não há necessidade de anotação na CTPS visto que não se configura vínculo empregatício com a parte concedente, e é opcional o pagamento de bolsa de estágio.

O trabalho educativo está previsto no artigo 68 do ECA. É vinculado a entidades governamentais ou não-governamentais sem fins lucrativos, ou seja, estão afastados da vinculação com o processo produtivo. No entanto o adolescente pode receber remuneração advinda do trabalho efetuado ou da participação na venda de produtos de seu trabalho.

As demais disposições formam mantidas das legislações anteriores:

- É proibido o trabalho do adolescente em locais prejudiciais à sua formação, ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários que não permitam a freqüência a escola; (CLT, art. 403);
- Ao menor de 18 anos é vedado o trabalho noturno (entre 22 horas e 5 horas); (CLT art. 404);
- É proibido trabalho em locais perigosos ou insalubres, ou em locais prejudiciais à sua moralidade; (CLT, art. 405);
- Após o período de trabalho efetivo, haverá intervalo de repouso não inferior à 11 horas; (CLT, art 413).

Diante, pois, de elevados índices de jovens envolvidos com o mercado de trabalho, pelos motivos diversos supra citados, políticas públicas são criadas para este público alvo, de forma proteger e garantir o direito a uma vida cidadã.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ADOLESCENTE

2.1 POLÍTICA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A política social configura-se pela intervenção do Estado na sociedade capitalista a fim de amenizar os conflitos resultantes da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Ou seja, ela surge como forma de manter a coesão social, amenizar as tensões e o conflito.

Na visão liberal a ação espontânea do mercado deveria resultar em um equilíbrio entre todos os indivíduos, “de tal sorte que todos pudessem nele tirar vantagens, pela via da livre concorrência e da livre escolha” (FALEIROS, 2000, p. 47). Entretanto, esta ideologia liberal é utópica, pois o mercado é um mecanismo que mantém a desigualdade de condições entre os sujeitos.

Para justificar a intervenção estatal, este é apresentado com um árbitro neutro, que vai favorecer os mais desfavorecidos pelo mercado, “em razão das insuficiências pessoais ou individuais de rendimento, de organização e de estatuto”. (FALEIROS, 2000, p. 48). A intervenção não mercantil do estado, contudo, contribui para a criação e melhoramento dos recursos humanos da mão-de-obra, para a produtividade das empresas e para o estímulo da demanda. Nesse último ponto que o Estado liberal compensa os indivíduos fracos no mercado para que eles possam usufruir das vantagens deste. Faleiros (2000) afirma que na visão liberal, o maior risco é a interrupção ou a perda da renda. Ou seja, através da política social o estado pode gerir a força de trabalho para que ela se mantenha nas melhores condições para o capital.

Esta relação de concessão por parte do Estado de um lado, e de aquisição de direitos por parte da população de outro, não é homogênea. O Estado é um campo de conflito onde os interesses dos diferentes grupos no poder e outros com interesses divergentes, se confrontam e se conciliam, e o Estado visa obter a coerção através da institucionalização do conflito, forçando o consenso através da negociação das partes.

O Estado é, ao mesmo tempo, lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que aparece num determinado território como interesse geral. (FALEIROS, 2000, p. 52).

Este interesse geral, entretanto, não é a representação absoluta da massa de trabalhadores, mas sim uma concessão mínima do capital para amenizar os conflitos entre os grupos de interesses opostos: a burguesia e o operariado, de forma a manter ativa a produção e reprodução da força de trabalho. Pois, as concessões feitas pelo Estado “[...] devem por um lado assegurar a garantia da propriedade privada e a acumulação de capital e por outro lado, garantirem o clima social necessário a esta acumulação” (POULANTZAS, 1971 apud FALEIROS, 2000, p. 53). Desta forma, o estado pode integrar as reivindicações populares, institucionalizando o conflito, no entanto ele quem estabelece as regras e o regulamento do “jogo”.

Para o Keynesianismo⁵ a função da política social seria subsidiar o consumo de forma a estimular a demanda efetiva dos grupos excluídos do mercado.

Nos discursos brasileiros, a configuração da Política Social é a de “preocupação” com os direitos humanos. Desta forma, as políticas sociais brasileiras adquirem a forma de um modelo assistencial, consagrada pelo modelo político populista, fortemente marcado pela benemerência e pela ótica da concessão como favor. Sposati (et al, 1995, p.29) caracteriza este modelo como: “é o mecanismo assistencial que configura a exclusão enquanto mantém o trabalhador na condição de assistido, beneficiário ou favorecido pelo Estado e não usuário, consumidor e possível gestor de um serviço a que tem direito”.

Através do populismo e do autoritarismo varguista (a partir da década de 30) que a política social serviu para incorporar, seletiva e hierarquizadamente o mundo do trabalho, organizado à cidadania, diferenciando-o do resto da população pobre. A cidadania neste caso era regulada, pois somente eram considerados cidadãos aqueles que pertenciam a determinadas categorias profissionais.

Faleiros (2000) inclusive trata da figura do cidadão como típica do Estado liberal, pois nela está implícita a ideologia do pertencer, ou seja, de membro constituinte da cidade, da sociedade civil, acima do qual encontra-se o Estado Liberal, como árbitro neutro, e, sobretudo como protetor dos cidadãos.

Desta forma, o Estado populista e paternalista imprime aos cidadãos a idéia de um estado que privilegia estes, pois através das políticas sociais estes ganham acesso a benefícios e serviços que lhes foram negados por outras vias.

⁵ Doutrina keynesiana: conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram grande influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

O mecanismo assistencial utilizado para as políticas sociais no Brasil, permite com que sejam encaradas como compensatórias de carências e recebem a justificativa que permite um rebaixamento na qualidade dos serviços (SPOSATI et al, 1995). Ou seja, serviços pobres destinados a pessoas pobres. Assim, o simples fato de implantar políticas sociais com intenção de reintegrar marginalizados, confirma o desvio deste segmento, confirmado como anormal. (FALEIROS, 2000).

A política social, como dever do Estado, apresenta-se sob duas faces distintas: uma voltada àquelas “vicissitudes, de forma quase sempre definitiva e insanável: a velhice e a invalidez, por exemplo (ABRANCHES et al, 1987) e a outra destinada a circunstâncias transitórias, como o desemprego (do qual advém outras causas), doença, acidente, etc.

A assistência social para Faleiros (2000), é a mantedora de um “viveiro de trabalhadores” que encontram-se excluídos, e que é mantido sob duas condições fundamentais: com um benefício inferior ao dos trabalhadores incluídos no mercado de trabalho; em condições mínimas para que prefiram estar em condição de trabalho.

Desta forma, a assistência social como mecanismo assistencial não é reconhecida como direito, e sim atribuída segundo critérios morais e à prova da necessidade, na maioria dos países latino-americanos.

Faleiros (2000) menciona como função ideológica da política social a estigmatização e controle, escondendo da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade. Afirmar esta que nega (pelo menos parcialmente) o discurso liberal da função da política social como geradora da igualdade de oportunidades, da eliminação das discriminações, da proteção aos fracos, da criação de novos direitos sociais.

Os domínios de intervenção das políticas sociais (saúde, educação, habitação, informação, defesa do consumidor, etc.) são denominados sociais, conforme afirma Faleiros (2000) por questões históricas e ideológicas. A aquisição da medida governamental como social, faz com que pareça positiva, boa à população.

Assim, quando o governo fala de prioridades sociais, de prioridades humanas, aparece como defensor das camadas pobres, ao mesmo tempo que oculta e escamoteia a vinculação dessas medida à estrutura econômica e à acumulação do capital. (FALEIROS, 2000, p. 62).

No caso brasileiro a política teve diversas funções de acordo com o contexto político, econômico e social no qual foram implantadas. No período de ditadura militar (pós 1964),

por exemplo, a política social foi utilizada como um instrumento de controle das classes subalternizadas, como instrumento de desmobilização social, entre outros.

Com as reformas neoliberais, a partir da década de 80, ocorre um aumento significativo do desemprego, a diminuição da força dos sindicatos e partidos de trabalhadores, o enfraquecimento do Estado Nacional e também a redução de benefícios sociais e da abrangência das políticas sociais, o que gera maior tensão entre Estado e sociedade. O propósito das reformas neoliberais, como afirma Faleiros (2000), é o de mudar a estruturação do sistema de bem-estar social (que no caso brasileiro nunca foi implementado da forma como proposto no modelo europeu), diminuindo o papel do Estado e, principalmente, de inserir os dispositivos de manutenção da força de trabalho nos mecanismos lucrativos do mercado.

É nesse contexto que proliferam-se as ONG's, principalmente na década de 90, que tem um papel ambíguo, segundo Faleiros (2000), no processo de gestão social. Pois elas são incorporadas na gestão pública pela prestação de inúmeros serviços, e ao mesmo tempo adotam critérios particularistas de atendimento. No entanto não podem ser substitutas da garantia dos direitos universais, pois é somente no âmbito público que estes podem ser contemplados. Este é um meio pelo qual as políticas sociais são mercantilizadas, através do repasse pelo Estado de recursos para a iniciativa privada⁶.

Faleiros (2000, p. 73) cita que “no contexto de dominação do capital financeiro [...] o pacto dominante é de redução da responsabilidade pública e de aumento da responsabilidade privada e individual pela reprodução do sujeito, com aumento da polarização entre ricos e pobres”.

Fato que favorece o fortalecimento da responsabilidade privada é a difusão da lógica da solidariedade coletiva, calcada fortemente pela ideologia liberal, e da participação dos sujeitos no poder público através da abertura dos espaços de discussão como os Conselhos Gestores, os Fóruns, Audiências Públicas etc, pois sentem-se participantes e atuantes no Estado⁷. No entanto a efetividade dessas entidades enquanto órgãos de favorecimento das demandas dos usuários dos serviços públicos é relativa, pois neles há uma correlação de forças e de interesses, *lobbies*, que podem mascarar o interesse dos grupos com menor poder político e representatividade. Abreu (2002) cita que uma das estratégias da política neoliberal

⁶ No entanto não nega-se o protagonismo histórico das ONG's, principalmente na década de 80, onde tiveram papel decisivo na luta contra as ditaduras militares em todo continente latino-americano, além do papel de denúncia, do organização e politização acerca dos problemas sociais (ABREU, 2002, p. 210).

⁷ É reconhecido o papel dos Conselhos Gestores na democratização da sociedade, como espaço de interlocução entre poder político e os usuários das políticas sociais. Considera-se uma conquista importante consubstanciada pela Constituição Federal de 1988.

é a ocultação dos objetivos da descentralização e da desconcentração participativa através da transferência de responsabilidade tanto para outras esferas de governo (estadual e municipal), quanto da esfera estatal para a privada.

A Seguridade Social, que a Constituição Federal de 1988 inclui inspirada do modelo europeu, é considerada bastante avançada na sua formulação pela condição da universalidade da cobertura e do atendimento, irredutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação no custeio. Entretanto esses parâmetros foram escamoteados pela forma que antes da CF 88 já se apresentava: a complementariedade de serviços privados aos públicos. Através desse mix entre público e privado, Vianna (2000, p. 189) afirma que

[...] estabeleceu-se uma relação de complementariedade invertida entre público e privado que reforça à lógica da universalização excludente, transformando os iguais portadores de “direitos universais” em diferentes cidadãos consumidores de benefícios estratificados.

Essa realidade pode ser observada nas três áreas que compõem o tripé da Seguridade Social: Previdência Social, Saúde e também na Assistência Social.

Foi a partir da CF 88 que a Assistência Social é determinada como política pública. A Assistência Social, caracterizada (assim como a saúde), como não contributiva, configura-se como uma política de proteção social e visa garantir essa proteção a todos que dela necessitam. A apresentação de motivos para a inclusão da assistência social na Constituição repudia o conceito da população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal.

Entretanto, refletindo a partir da situação supra citada, percebe-se que não é possível considerar como cumprido nem o primeiro dispositivo que lhe foi atribuído no artigo 203: garantir a proteção a que dela necessitar.

2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social teve sua regulamentação através da lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS). Entretanto o projeto da LOAS aprovado pelo legislativo em 1990 foi vetado pelo então presidente da República Fernando Collor. Com a regulamentação da Assistência Social em 1993 pautava-se um grande desafio: romper com os antigos paradigmas da prática anterior a este marco. Desafio maior, pois tratava-se da implantação de uma política pública que ia na contramão a atual lógica de avanço da política neoliberal em curso. Paiva (2006, p. 10) refere-se à Assistência social

Como área de política social, [que] encontra maiores desafios na busca de alcançar o estatuto efetivo de Política Pública alicerçada de direitos, restrita que sempre esteve em desempenhar exclusivamente a função de paliativo, cujo propósito restringe-se à distensão de conflitos e situações extremas de destituição, as chamadas situações de vulnerabilidade e de risco social.

Afirma Sposati (2004, p. 42), que a Assistência Social, garantida na CF 88 contesta o conceito de “(...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre.

Lopes (2006, p. 77) assinala mais uma modificação na Assistência Social a partir da LOAS:

Pelo seu caráter não-contributivo, e seu conteúdo não mercantil, a cobertura do campo sócio-assistencial a partir da LOAS visa assegurar a redução ou a eliminação de vulnerabilidades que fragilizam a resistência do cidadão e da família ao processo de exclusão sócio-cultural, dedicando-se ao fomento das ações impulsionadoras do desenvolvimento das potencialidades essenciais à conquista da autonomia.

Observa-se que no caminho de implementação da LOAS desde sua promulgação, houveram mudanças de caráter regressivo no que trata da Assistência Social pública, exemplificada pelo Programa Comunidade Solidária, implementado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, caracterizado pelo focalismo, seletivismo e assistencialismo que a LOAS

procurava romper. Através da figura da primeira-dama, reforçava-se o caráter de bem-estar do Estado em detrimento da relação entre cidadãos de direito e assistência social.

Sposati (2004) considera como principal avanço da assistência social como política pública a criação em 2003, no governo Lula, do Ministério da Assistência Social.

Entretanto, o marco significativo para a Assistência Social se dá a partir da decisão coletiva para a implantação do SUAS na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. Em 2004, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria Nacional de Assistência Social, é estabelecida a plataforma político-institucional na qual as novas conquistas teriam base (LOPES, 2006): a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a nova normatização, a NOB/SUAS.

Na PNAS são definidas as bases para o novo modelo de gestão para a política pública de Assistência Social. Através do estabelecimento de um Sistema Único de Assistência Social visa-se a democratização da gestão pública através da universalização.

A proteção social, que é a égide da Política de Assistência Social deve garantir a segurança de sobrevivência, de acolhida, e de convívio ou vivência familiar. A segurança de rendimentos assegurando forma de subsistência dos indivíduos segundo a PNAS (2004) “não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independente de suas limitações” (PNAS, 2004, p. 31). Limitações estas decorridas de certos infortúnios da vida natural ou social por um período da vida – crianças e idosos, por alguma restrição momentânea – desemprego, doenças, privação de liberdade, ou ainda de forma contínua – portadores de deficiência física ou mental.

Dentro das diretrizes da Política de Assistência Social, em consonância com o disposto na CF 88 e na LOAS está a descentralização político-administrativa, com primazia da responsabilidade do Estado na condução. Assegura-se o direito a participação da população na formulação das políticas e controle das ações.

A Política de Assistência Social classifica a proteção social em dois grupos: a proteção social básica e a proteção social especial. A primeira destina-se a populações que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e tem por objetivo prevenir as situações de risco. Podemos citar como exemplo os programas de protagonismo juvenil, como o Agente Jovem. A segunda estrutura seus serviços em média e alta complexidade destinado a grupos sociais ou indivíduos com direitos violados, a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Os serviços considerados de média complexidade abrangem os indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram

rompidos, como por exemplo, as medidas sócio educativas a adolescentes em conflito com a lei, que prestam serviço à comunidade. Nos serviços de alta complexidade é garantida a proteção integral a indivíduos que se encontram sem vínculos familiares e comunitários ou necessitam ser retirados destes, como por exemplo a necessidade de afastamento de uma criança por violência de sua família e colocação em Casa Lar.

2.2.1 Perspectivas do SUAS

O SUAS inaugura um novo modelo de gestão da Política de Assistência Social, garantindo o compromisso da promoção da proteção social a partir de um novo pacto de democracia.

O SUAS se constitui em um sistema de regulação e organização em todo o território nacional do atendimento às necessidade de proteção e seguridade social, captando as diferenças regionais e locais, por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos, com os seguintes eixos:

- Matricialidade sócio-familiar;
- Descentralização político-administrativa e territorialização;
- Novas bases para a relação Estado e sociedade civil;
- Financiamento;
- Controle social;
- O desafio da participação popular/cidadão usuário;
- A política de recursos humanos;
- A informação, o monitoramento e a avaliação. (PNAS, 2004, p. 39)

A partir da centralidade na família, reconhecido pela CF 88 no seu artigo 226 busca-se a superação da focalização no atendimento, considerando da família como um todo, e não somente do usuário-problema como um membro dissociado de todo um contexto onde está inserido (MIOTO, 1997). Reconhece-se a função primordial da família enquanto unidade de socialização dos sujeitos, de formação de identidade dos membros, entre outras.

A descentralização e a territorialização, presente no artigo 6º da LOAS, é reforçada pelo SUAS, considerando a alta densidade populacional e a heterogeneidade da população. A homogeneidade dos programas por segmento torna-se insuficientes diante da alta desigualdade social entre regiões do território nacional. Assim, a prática da política de

assistência social busca superar a fragmentação dos programas sociais. Constrói parâmetros de classificação de municípios pela densidade populacional⁸ e estabelece prioridades de intervenção de acordo com o mapeamento das vulnerabilidades sociais.

Com o SUAS consolida-se a forma de financiamento fundo a fundo para o financiamento da rede socioassistencial e o repasse direto aos usuários. Deve haver a corresponsabilidade na provisão da proteção social, que garante o co-financiamento com participação das três esferas de governo.

O SUAS também reitera o controle social através das instâncias privilegiadas, ainda que reconheça desafios para a participação dos usuários na publicização e controle. Dagnino (2002, p. 24) refere-se à importância da participação popular na construção de políticas públicas

A participação popular na formulação de políticas públicas entraria em um patamar sobre o qual as desigualdades societárias seriam amenizadas e os discursos, e sua real efetivação, encontrariam eco em uma distribuição mais justa das riquezas socialmente produzidas.

A política de recursos humanos engloba a necessidade de estruturação e definição de novas profissões que vão se constituindo conforme a necessidade da demanda que se torna cada vez mais diversificada devido a complexidade das relações sociais. Além disso, a política de recursos humanos deve promover a qualificação dos gestores e trabalhadores diante das mudanças advindas da descentralização. Mudanças estas que devem ser acompanhadas pela constante atualização dos profissionais no que se refere a alterações tanto na legislação quanto as mudanças no percurso da sociedade que não é estática.

A geração de uma nova e transformadora utilização da tecnologia como forma de informação, monitoramento e avaliação permite um aperfeiçoamento da política de assistência social no país, e inaugura uma nova fase de modernização administrativa para um aprimoramento das ações governamentais. A partir de um sistema de informação, é reiterado o compromisso com a democratização da política e do controle social, pois a estas informações tem acesso tanto os gestores, conselheiros, trabalhadores, usuários, entidades. A disseminação da informação pública permite novas condições de planejamento, de aperfeiçoamento da política e do fortalecimento da democratização. Isso engloba não somente a construção de indicadores, a avaliação de impactos e resultados, mas também a construção

⁸ Classificam-se os municípios em portes: pequenos, médios e grandes e metrópoles tomando por base a divisão utilizada pelo IBGE.

de um sistema de informação aos usuários: divulgação ampla de benefícios, serviços, programas, etc. Essa necessidade apontada pela Política Nacional de 1999, pode ser afirmada pelo SUAS com destreza.

Paiva (2006, p. 11) aborda a necessidade de um novo projeto político, que fortaleça o protagonismo da população, para iluminar o SUAS. Esse desafio compreende “o preenchimento de um importante hiato: a precariedade técnica e teórica dos operadores dessa política pública, em termos de saberes, mas sobretudo em termos de condições de trabalho – infra-estrutura institucional e valorização salarial”.

A partir dessa compreensão observa-se que se inaugura um novo modelo da política de assistência social, que esta se concretizando e se depara com desafios que não se resumem à ordem político-institucional, mas toma dimensões maiores como a necessidade de estímulo ao fortalecimento político dos usuários, a ampla publicização das informações e espaços de inserção dos usuários, a mudança de foco da política social como emancipatória e não como compensatória.

Mota (2006) afirma que o SUAS pode viabilizar uma normatização, racionalização e padronização dos serviços prestados rompendo com a forma dispersa, fragmentária e multiforma, que tem caracterizado a Assistência Social.

3 O PROJETO GURI EM ANÁLISE – A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL E O PERFIL DOS ADOLESCENTES

3.1 SITUANDO A INVESTIGAÇÃO

3.1.1 Contexto político-econômico-social

Para entender o contexto do qual o Projeto se desenvolve, salientamos a importância em se situar a realidade histórica, política, cultural e econômica do município no qual o Projeto Guri está inserido, pois esta reflete em grande parte nas configurações do projeto.

O município de Panambi, localizado na região do planalto médio do estado do Rio Grande do Sul, está a 380 km da capital, Porto Alegre, e ocupa área de aproximadamente 491,4 km². Dentre os municípios gaúchos, é caracterizado como 3º pólo metal mecânico do Estado e é conhecido também como “Cidade das Máquinas”. A denominação “Panambi” significa em tupi guarani borboleta azul.

Panambi foi elevada à categoria de Município em 1954. Antes disso pertencia ao distrito de Cruz Alta. O primeiro prefeito da cidade foi Walter Faulhaber.

A população do município é formada, predominantemente, por descendentes de origem alemã, originários, inicialmente, de Württemberg, na Alemanha e posteriormente, das antigas colônias germânicas do Estado. Somam-se em menor número, descendentes de italianos e holandeses (ALTMANN, 2005).

Segundo Limberger (2005), comumente nas regiões de colonização européia, e especialmente na alemã, as noções de trabalho e progresso são muito marcantes. As qualidades e virtudes dos pioneiros alemães antigamente eram destacados como responsáveis pelo município ter se tornado um dos mais progressistas do Rio Grande do Sul. O protestantismo apresenta grande influência na vida política e social da época, e é fortemente presente até hoje. Lembrando a idéia de Trabalho para Weber (1989, p. 112) em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*:

Perda de tempo é o primeiro e o principal de todos os pecados. A duração da vida é curta demais, e difícil demais, para estabelecer a escolha do indivíduo. A perda de tempo através da vida social, conversas ociosas, do luxo e mesmo do sono além do necessário para a saúde (6, no máximo 8 horas por dia) é suficiente do ponto de vista moral.

A cidade se constituiu e permaneceu com uma cultura fortemente protestante e evangélica, seguidora da doutrina de Martin Lutero, e que tem na área central da cidade uma Igreja Evangélica Luterana com 3 sinos que soam em diversos momentos e influenciam a vida social: marcam todas as horas do dia com número de badaladas correspondente, além disso as 7 horas da manhã um longo soar para chamar a população para o trabalho e as 18 horas para o retorno às residências. Também anuncia mortes com o número de badaladas correspondente à idade do falecido. O único colégio particular de primeiro e segundo graus da cidade é o Colégio Evangélico Panambi, do qual a Igreja acima referida faz parte.

Além de cidade alemã e evangélica, Michels (2001) identifica a forte caracterização como cidade dedicada ao trabalho. A premissa do “alemão trabalhador” foi fortemente implantada. “A vocação para o desenvolvimento pela via do trabalho é que identifica a cidade e as pessoas” (MICHELS, 2001, p. 203). Como forma de demonstrar a ligação da valorização do trabalho ao sucesso, Michels (2001) traz o *slogan* da administração pública da gestão de 1988 a 1992: “Panambi, quem trabalha cresce aqui”. Ou como Ribeiro (2000) explicita a nota da administração municipal em um jornal local no ano de 1987: “A força do trabalho está em você! 150 indústrias, 375 casas de comércio, 44 escolas...”. Michels (2001) destaca ainda um trecho do Jornal do Comércio, de circulação estadual, do ano de 1978

Outro aspecto positivo para Panambi é o fato de que não se encontra nenhum esmoleiro ou pedinte de qualquer espécie nas ruas, ou nas portas dos estabelecimentos comerciais da cidade. Também não existe nenhum desempregado. Todos trabalham. À noite, após o expediente normal de trabalho, as ruas encontram-se desertas. E não existe qualquer ajuntamento em cafés, bares ou restaurantes. Quando cai a noite, todos se dirigem para suas residências para uma vida familiar. E quando tem qualquer programa social, este é efetuado num clube da cidade, onde se reúnem famílias pra o ensaio do canto, os famosos corais de Panambi. Você ainda encontra uma vida familiar sã e um verdadeiro espírito comunitário em Panambi. Ninguém fala em crise. Não se ouve queixas. Todos, desde os executivos, até os operários mais modestos, estão apenas preocupados em desincumbir-se do seu trabalho da melhor forma possível. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1978 apud MICHELS, 2001, p. 23).

Ribeiro (2005) reitera que até hoje a própria educação é voltada para os cursos técnicos para a preparação dos jovens para o trabalho, disciplinando-os de acordo com as exigências das empresas. A demonstração da ideologia “ordeira” e “trabalhadora” é fortemente presente, pois no Carnaval, por exemplo, feriado em todo o país, não é em

Panamby, sendo substituído pelo Dia do Imigrante, Colono e Motorista, comemorado em 25/07.

Atualmente a indústria, representa 55% da receita econômica, caracterizando-se como principal atividade econômica do município, conforme dados da Prefeitura Municipal. Possui diversificado parque industrial, com destaque para a fabricação de máquinas e implementos agrícolas e de componentes para beneficiamento de cereais. O comércio é responsável pela segunda maior receita econômica e a agricultura representa 15%. A agropecuária ocupa 73% da área do Município, totalizando 36.000 hectares. Há três anos atrás em decorrência da estiagem, este setor foi prejudicado ocasionando grande crise na economia local, que agora vêm apresentando lenta recuperação. O PIB do município é de R\$ 18.246 (2004), que se apresenta alto comparado com outros municípios da região.

Grande contingente populacional é atraído para o município pela atratividade das indústrias oferecerem empregos, o que não condiz com a realidade, pois o município acompanha os mesmos processos de alteração da sociedade capitalista brasileira e mundial: desemprego estrutural, empobrecimento acelerado da população, etc. Parte da população da zona rural também migra para a cidade, devido ao desemprego na zona rural, registrado pelo Ministério do Trabalho nos anos de 2005 à 2006 como mais de 2000 desligamentos tendo o setor que mais demitiu o de trabalhadores volantes da agricultura.

Da população de 34.300 habitantes, 86,75% vivem em área urbana e 14,25% na zona rural (IBGE, 2000). A população configura-se ser de 38% até 19 anos, o que caracteriza-se como um grande contingente de população jovem.

Hoje, o prefeito da cidade é o Sr, Delmar Hinnah, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, pela segunda vez, cujo primeiro mandato deu-se na gestão de 1989 a 1992.

No Município, verificamos que há poucos dados históricos registrados sobre a Assistência Social. Atualmente está ligada à Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Ação Social. No ano de 1985 a Assistência Social foi incorporada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, recebendo, pela primeira vez no município, um enfoque exclusivo para a Assistência Social como política pública. Em 6 de dezembro de 1987, conforme a lei Municipal nº 942, passa a ser incorporada pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social. No ano de 1996, é alterada mais uma vez, devido a Lei Municipal nº 1528, como permanece até hoje.

3.2.1 Como se desenvolve o Projeto Guri

O Projeto Guri é o único projeto municipal de atenção à adolescentes em Panambi-RS. Foi criado em 1997, formulado no Departamento de Assistência Social, por uma Assistente Social em conjunto com a equipe que representava o órgão na data. Inicialmente eram atendidos pelo projeto 27 adolescentes com idade entre 12 a 14 anos (incompletos), de ambos os sexos. Os adolescentes atuavam como “aprendizes”⁹ em setores da prefeitura, e em empresas privadas que aderiam ao funcionamento do projeto.

O Projeto foi criado com o objetivo de “oportunizar aos adolescentes carentes de ambos os sexos, orientação e capacitação para o trabalho [...] visando o exercício da cidadania” (PANAMBI, 1997). Além disso, como objetivos aparecem outros fatores ligados ao trabalho: “desenvolver o gosto pelo trabalho” (PANAMBI, 1997), treinamento para qualificação profissional, relacionar empresas ao desenvolvimento do adolescente. Ainda, relacionado com comportamento dos adolescentes, o projeto aborda como objetivo diminuir a marginalidade no município, e desenvolver nos adolescentes hábitos e comportamentos socialmente construtivos e solidários. E, em se tratando da família, objetiva a melhora das condições sócio-econômicas e a responsabilização dos pais no processo de educação dos adolescentes.

Contemplando as justificativas, a maioria dos pontos engloba a importância do trabalho e incentivo profissional, elucidando a preocupação com o ingresso futuro no mercado de trabalho. Além do atendimento ao dispositivo do ECA, segundo o projeto, para destinação de recursos para a proteção e promoção da cidadania.

No projeto consta que o adolescente (intitulado como estagiário) recebe uma sacola de alimentos composta por:

- 10 kg de arroz tipo 1;
- 10 kg de farinha de trigo;
- 2 kg de farinha de milho;
- 4 kg de feijão preto;
- 5 kg de açúcar cristal;
- 4 lt de óleo de soja 900 ml;
- 4 pct massa espaguete;

⁹ Eram considerados pelo projeto como aprendizes, mas não de acordo com o sentido legal de *aprendiz* considerado pelo artigo 60 a 67 do ECA, mas sim com uma conotação de aprendiz na relação mestre-aprendiz, como usado em períodos anteriores em oficinas de ourivesaria, por exemplo.

- 1 kg de sal;
- 1 kg “shimier” (geléia de fruta);
- 1 pct achocolatado em pó 500 g;
- 1 vd de café solúvel 200 g.

Além disso, como recursos humanos fariam parte: assistente social, psicóloga, coordenadores, enfermeira, e “pessoal auxiliar” que não foi especificado funções ou profissões correspondentes. Hoje, entretanto, atuam no projeto a Assistente Social que coordena o projeto e as demais profissionais tem contato menos direto, mas o departamento conta com mais 2 Assistentes Sociais, além da Chefe de departamento e uma auxiliar administrativa que faz os devidos encaminhamentos quando as famílias se dirigem ao plantão social.

Como atividades, foi previsto treinamento com os adolescentes – não especificando de qual espécie; atividades de lazer, esporte e palestras, reuniões para planejamento e orientação das ações.

Nas metas, a quantidade de vagas a serem contempladas alcançaria a 100 inicialmente, sendo ampliada para 120 posteriormente. No mesmo local, consta que a carga horária de *trabalho*¹⁰ seria de 12 horas semanais.

Em 2001, o projeto sofreu alterações referentes à mudança da idade em regime de aprendizagem, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/98, quando o projeto alterou seu público alvo para adolescente com idades entre 14 e 16 anos incompletos.

No arquivo de documentos do Projeto Guri, constam as circulares nº 54 de 17/12/98 e nº 21 de 24/03/1999, onde há a comunicação da alteração pela emenda constitucional nº 20/98 da idade sobre aprendizagem, e ainda a notificação encaminhada às Delegacias Regionais do Trabalho, sobre a obrigatoriedade da emissão da Carteira de Trabalho para aprendizes (vide Anexo E).

O funcionamento do Projeto Guri foi observado e registrado em Relatório de Estágio Obrigatório, durante o período de estágio entre setembro de 2006 a fevereiro de 2007. O Projeto, em 2006/2007 disponibilizava 65 vagas à adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica. A seleção era feita através da avaliação da Assistente Social utilizando-se de critérios de vulnerabilidade sócio-econômica e perfil para a vaga disponível (de acordo com o interesse do adolescente pelo local da vaga), através de uma

¹⁰ Ainda que a terminologia correta não seja *trabalho*, pois o adolescente nessa idade não poderia trabalhar e sim estar em condição de aprendizagem, no entanto utilizamos a terminologia usada no Projeto Guri.

ficha de cadastro preenchida no mês de março de cada ano, quando as famílias deslocam-se até o Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Panambi a fim de inscrever os filhos com 14 anos completos. Nesta ficha são levantados dados referentes às condições sócio-econômicas, a composição familiar, os dados pessoais dos adolescentes e dos pais.

O preenchimento das vagas é feito quando algum adolescente é desligado, por motivo de completar a idade máxima de permanência no projeto (16 anos) ou por outros motivos como: interesse próprio ou motivos avaliados pelas Assistentes Social e chefia do Departamento de Assistência Social como graves e relevantes para o desligamento. O adolescente é chamado a comparecer com o responsável para assinatura de um termo de compromisso firmado entre Prefeitura, adolescente e seu responsável. São coletados os documentos pessoais (cópia da certidão de nascimento ou carteira de identidade) e o atestado de frequência escolar. A maior parte dos adolescentes que fizeram parte do Projeto no período pesquisado, ingressaram por motivos de situação de vulnerabilidade sócio-econômica e foram desligados por motivo de completar a idade máxima de permanência, ou seja, ao completar 16 anos. Nesse período circularam pelo projeto 95 adolescentes, dos quais parte ainda permanece.

Os adolescentes atuavam três vezes por semana em órgãos diversos e não privados (setores da Prefeitura, Delegacia, Fórum, ONG's, Escolas, etc.), totalizando 12 horas semanais, em turno inverso ao da escola de ensino regular. Desenvolveram atividades, quando ligados aos setores administrativos, de auxílio nas atividades administrativas, entrega de documentos, xerox, arquivamento de documentos, atendimento de telefone, etc. Conforme observação em período de estágio, atividades como a lavagem de vidros e outras ligadas a atividades domésticas foram desenvolvidas em creches e escolas, principalmente pelas adolescentes do sexo feminino. Outras de carregamento de carinho de mão com terra no Parque Municipal, ou carregamento de caixas e outros materiais, desenvolvidas por adolescentes do sexo masculino.

Ao final de cada mês a Assistente Social organizava uma reunião, pré-agendada no início de cada ano, realizada no Ginásio Municipal, onde pais ou responsável pelo adolescente receberam uma sacola de alimentos e as fichas de avaliação do mês feitas pelos supervisores dos locais de atuação.

Com os adolescentes eram realizadas reuniões mensais, na última quinta-feira do mês, organizada pela Assistente Social coordenadora do Projeto, na qual realizaram-se exercícios educativos, como por exemplo, a abordagem de algum assunto considerado por ela importante

de ser tratado com os adolescentes. Além disso, faz-se a entrega das passagens de transporte coletivo do mês, fornecidas pelo projeto, e as fichas de avaliação e controle de frequência. Essas fichas os adolescentes utilizam no respectivo local de atuação, e ao final de cada mês, o supervisor do local preenche uma avaliação referente a aspectos como: higiene pessoal, comportamento, responsabilidade, pontualidade, etc.

Em casos de faltas excessivas a Assistente Social faz uma visita domiciliar à família do adolescente para averiguar as causas. No entanto, essas visitas não são frequentes, pois nem sempre chega a conhecimento da coordenadora a situação de falta e nem sempre há disponibilidade para isso (em virtude da falta de carro disponível para o Departamento de Assistência Social e também em virtude da demanda de trabalho da Assistente Social).

Demandas ocasionais são atendidas pelo serviço social quando o adolescente ou membro da família procura a profissional.

3.2 ANÁLISE DO PROJETO EM RELAÇÃO À LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Projeto Guri está locado na Proteção Social Básica, pela PNAS, pois tem como “objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. (PNAS, 2004, p. 33). No entanto, se observa que o Projeto Guri não garante *proteção social* aos adolescentes atendidos, e sim tem um caráter fortemente assistencialista, como poderá ser observado nas análises que seguem.

O Projeto Guri, apesar de denominar em seu projeto original como “estagiário adolescente”, utiliza-se da terminologia adolescente aprendiz nos demais documentos (termo de compromisso, ficha de controle de frequência, controle de entrega da sacola de alimentos).

Sabe-se que, no entanto, estas terminologias têm significados diferentes. Conforme elucidado na primeira seção, ao regime de estágio é vinculado o ensino profissionalizante e permitido a maiores de 16 anos. Nessa situação não é obrigatório registro na CTPS, nem pagamento de bolsa-auxílio, pois não configura-se situação com vínculo empregatício. Em caso do regime de aprendizagem, sabe-se que era permitido até 1998, pela CLT e ECA para adolescentes entre 12 e 14 anos, sendo alterado na referida data para 14 a 16 anos (incompletos). Posteriormente a Lei 10.097/00 alterou a idade limite para aprendizagem em 18 anos e em 2005 para 24 anos (vide Anexo D). Nessa condição é assegurado ao adolescente a cobertura dos direitos trabalhistas, a partir da anotação na CTPS e recolhimento

do FGTS, bem como pagamento de um salário mínimo hora. Além disso, o aprendiz deve estar matriculado e freqüentando o ensino profissionalizante, como elucidado na primeira seção deste trabalho.

Assim, mesmo na indefinição da vinculação dos adolescentes (aprendizes ou estagiários) que compõe o Projeto Guri na relação com a Prefeitura Municipal, haveria irregularidades, considerando que não há conjugação alguma com ensino profissionalizante (e nos dois casos necessária). No caso de considerar como estagiários, a irregularidade estaria em relação à idade, somente permitido a maiores de 16 anos. No caso de se considerar como aprendizes, a irregularidade se apresenta também como o não cumprimento do artigo 227 da CF, artigo 65 do ECA, que refere-se a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários e também o não cumprimento do salário de aprendizagem, que consta no artigo 80 da CLT.

O Projeto Guri ficou, conforme pesquisado, atuando três anos irregularmente no que se refere à idade dos adolescentes considerados aprendizes, pois, a Emenda Constitucional nº 20 foi promulgada em 1998 e o projeto foi alterado somente em 2001. O que não se pode afirmar, que foi por desconhecimento dos profissionais executores do Projeto, pois conforme documentos arquivados no conjunto de documentos do Projeto Guri, Ofícios Circulares foram entregues em abril de 1999 ao Departamento de Assistência Social (vide anexo E).

Ou seja, atualmente o projeto somente cumpre o requisito da idade, em se tratando de aprendizagem. Em relação à sacola de alimentos como “pagamento” pela atuação, Oliveira (1994) ressalta que

Quando se trata de salário mínimo, as utilidades tem percentuais pré-fixados e que somados não podem ultrapassar de 70%. O pagamento do salário só em utilidades leva ao chamado *truck system*, uma escravidão camuflada, porque o trabalhador, sem o dinheiro, perde o poder de troca e até mesmo a possibilidade de locomoção.

O artigo 64 do ECA assegura uma bolsa de aprendizagem, correspondente ao salário mínimo hora fixado em Lei. Ainda pode ser estabelecida por norma categorial estabelecendo garantia salarial mínima específica para aprendizes, que não deve ser menor que o salário mínimo estabelecido para todas as categorias de trabalhadores, assegurado pelo artigo 7º, XXX da CF 88 (vide anexo A).

O adolescente aqui ressaltado, podemos considerar como trabalhador, como abordado em muitas vezes no escopo do Projeto Guri, mesmo sendo considerado como prioridade pelo artigo 4º do ECA, tem seu direito rechaçado. Se os adolescentes têm de trabalhar para

sobreviver (e manter suas famílias), isso se mostra em total descompasso com a lei, pois se falta aos seus familiares condições para lhe manter a subsistência, compete ao Estado suprir tal lacuna (COLARES; PAIVA, 2003). Consta na PNAS (2004) que a segurança de acolhida é primordial na política de assistência social, e “Ela opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade”. (PNAS, 2004, p. 31).

E ainda mais do que isso, Pereira (2001) afirma que como direito social, a assistência social não deve estar voltada apenas para a satisfação de necessidades biológicas ou naturais. “O ser humano [...] é um *ser social* e, como tal, é dotado de dimensões emocionais, cognitivas e de capacidade de aprendizagem, que devem ser consideradas pelas políticas públicas” (PEREIRA, 2001, p. 224). Com isso entende-se como dever da Assistência social não somente a provisão de condições a subsistência alimentar, mas também que contribua para a autonomia, à informação, ao lazer, à convivência familiar e comunitária, etc.

O que parece na formulação original do Projeto, é que a intenção deste é tirar o menino da rua e adestrá-lo para o trabalho, através de uma desvalorização como ser humano, pois trabalha de graça, para sustento da família, substituindo a função da Assistência Social de provisão de tais recursos.

Se observa no caso do Projeto Guri é o que Colares (et al, 2003, p. 40 e 41) afirma:

Durante muito tempo confundiu-se trabalho com aprendizado e ainda hoje isso ocorre no plano do senso comum, no horizonte infante-juvenil. A expressão menor aprendiz aparece primeiramente na CF de 1942 na era Vargas; desde então, se começa a tratar trabalho e educação de forma conjunta como modo de enfrentamento do problema, sempre com presença marcante de um caráter assistencialista nos programas executados.

No entanto, sabe-se que o ECA proibiu qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, que não caracteriza-se como trabalho em si, pois o aprendiz deve ter como prioridade o ensino e o aprendizado colocado em prática, mas em nenhum momento substituir o que um profissional deveria executar. Tanto que a relação abordada por Oliveira (1994), deve ser triangular, onde assinam em comum acordo adolescente, instituição de ensino e empresa.

O projeto, em sua formulação, demonstra que em nada rompeu com o caráter presente nas legislações anteriores de política da punição, do *menor* pobre e ameaçador a ordem da sociedade, tanto que um dos objetivos do projeto é diminuir a marginalidade do município.

Percebe-se que não há preocupação com o adolescente como prioridade, como ser em desenvolvimento, e nenhum comprometimento com a emancipação do sujeito e com a promoção do rompimento do círculo vicioso da pobreza. O projeto tem uma conotação fortemente assistencialista e burguesa, pois se preocupa e se compromete com a formação de mais mão de obra barata, sem especialização, sem qualificação, e enquanto adolescente já se acostuma com a exploração, com a condição pobre em que nasceu e permanecerá.

O adolescente é avaliado por seus supervisores, em aspectos relacionados a sua condição pessoal, e dessa forma configura-se um caráter punitivo, pois ali é aberto um espaço de culpabilização do adolescente, em acordo com o Código de Menores de 1927 – de mais de 80 anos atrás - e em total e desacordo com o ECA. Como se o fato de ele ir para o “trabalho” de calçados sujos fosse culpa da falta de higiene dele, e não por não tem ruas calçadas no seu bairro e tampouco transporte coletivo, ou ainda como se tivesse como lavar seus calçados sendo que só tem um para colocar nos pés (a título de exemplo, mas configura-se como um caso comum). Em nenhum momento do projeto é previsto que os adolescentes manifestem a suas demandas pessoais, as suas percepções, os seus interesses, confirmando a lógica burguesa de exploração e contradizendo com o disposto na LOAS, na Política Nacional de Assistência Social, no SUAS, na CF de 88, que prevê a participação dos usuários na formulação e gestão das políticas públicas. A criança, mais uma vez, é tratada, como por muito tempo foi e que tanto é lutado para derrubar tal preceito: como *infância*, do latim *in fale*, ou seja, que não fala (CASAS, 1995 apud CLAUDINO, 2006).

Além disso, a rede de proteção interage com o Projeto de forma fragmentada, pois, ao mesmo tempo que acontecem encaminhamentos de adolescentes por parte do Conselho Tutelar e do Serviço Sentinela, por exemplo, em nenhum momento age-se em relação a garantia de Proteção do adolescente quando se refere aos direitos garantidos pela legislação. Não há ainda uma articulação com outras políticas públicas, como a de Educação, Habitação, Trabalho entre outras, o que se faria necessário diante da condição de vulnerabilidade sócio-econômica das famílias. Essa característica de desarticulação das ações com outras políticas públicas e com a rede de proteção à Criança e ao Adolescente proporciona ações fragmentadas e focalistas do Serviço Social, que sozinho não consegue atingir todas as demandas que as famílias apresentam, agindo, inclusive, na contramão do disposto na PNAS/2004 que aborda a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social.

Outro aspecto que merece reflexão é o eixo da descentralização político-administrativa proposta pela política Nacional de Assistência Social, confirmado pelo SUAS como estratégia

de otimizar os serviços e superar a fragmentação, identificando demandas regionais e programando ações que atinjam essa determinada população, pois considera-se a alta diversidade no território nacional. Isso, pois, requer participação integrada das três instâncias de governo: federal, estadual e municipal. Carvalho (2006) pontua que a estratégia da municipalização não é simplesmente uma forma de desresponsabilização do Estado visando a redução de custos. É, sobretudo, a produção de uma gestão territorial, pautada na participação e na democratização da coisa pública, integralizando atenções de atenção ao cidadão com desenvolvimento local. Entretanto a autora afirma a maioria dos pequenos municípios, “padecem da ausência de recursos próprios para dar conta de políticas locais de desenvolvimento. São absolutamente dependentes de transferências federais e estaduais”. (CARVALHO, 2006, p. 127).

Ainda que se considerarmos a falta de recursos para o caso particular do Projeto Guri se desenvolver em congruência com a legislação, o que absolutamente, não justificaria tal atividade irregular, questionamos ainda a capacidade de avaliação e monitoramento, pelo poder federal que tem órgãos específicos para isso, dos programas e projetos executados no âmbito municipal.

Para finalizar essa reflexão, abordamos a atuação do Serviço Social na relação com esse projeto, tanto quanto propositor e formulador, como executor e gestor. Há um desacordo no que se refere a vários pontos presentes no código de ética profissional. Nega-se, por exemplo, o compromisso com a defesa dos interesses dos usuários, em detrimento do favorecimento do interesse de classes dominantes.

O que transparece no Projeto Guri é o que Mota (2006) denomina como o discurso do “saber fazer”, em detrimento de qualquer operação teórica “[...] que vá além da manipulação imediata dos aspectos do cotidiano e da dinâmica reprodutiva das relações sociais” (MOTA, 2006, p. 173). Essa atitude favorece o pragmatismo e o imediatismo das respostas profissionais.

Considerando que um conjunto de forças das atuais configurações capitalistas atua diretamente na condução de políticas sociais, a redefinição de espaço-tempo, orientado pela produção flexível, exige pressa, agilidade, eficiência e eficácia, com resultados rápidos e visíveis. Nessa configuração que exige-se do Serviço Social ações imediatistas e paliativas, cujos resultados mostram-se visíveis, no entanto, deturpa qualquer ação que vise promover a alteração da condição do usuário. Mota (2006) enumera como compromisso profissional o rompimento com as visões e abordagens fragmentárias dos riscos e vulnerabilidades em prol de uma intervenção qualificada, crítica e politicamente comprometida.

3.3 O PERFIL DOS ADOLESCENTES

Utilizamos como fonte de dados as fichas de inscrição do projeto Guri, que foram preenchidas nos meses de março dos anos de 2005 e 2006 (mês que se realiza a inscrição anualmente), e os eventuais casos encaminhados pela rede de proteção à criança e ao adolescente (Conselho Tutelar, Serviço Sentinela e Conselhos de Direitos). Os dados coletados foram selecionados por nós (vide apêndice A) a fim de traçar o perfil da demanda atendida de acordo com a relevância dos dados a serem analisados.

Como amostra, analisamos os dados dos adolescentes que fizeram parte do Projeto Guri entre o período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007, totalizando 95 (noventa e cinco) participantes. Destes, 4 (quatro) fichas de cadastro não foram encontrados.

Enfatizamos que os dados coletados referem-se ao adolescente e suas famílias na data do cadastro, e não se referem necessariamente a situação atual, ou a situação na data de ingresso no Projeto.

A partir do Gráfico I - Sexo, observamos que o perfil dos adolescentes que fizeram parte do Projeto Guri no período pesquisado se configurou por uma pequena maioria do sexo masculino.

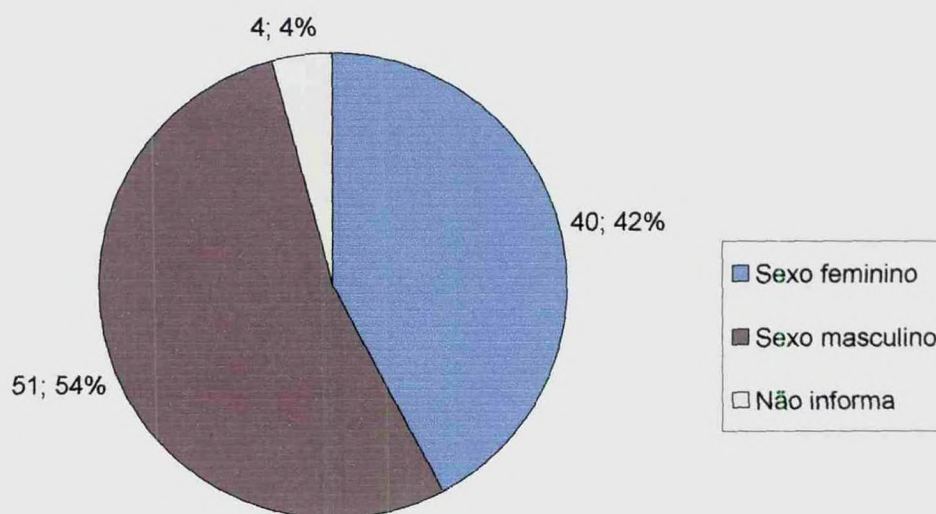


Gráfico I - Sexo

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri
Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

As vagas do projeto Guri são majoritariamente, para ambos os sexos, sendo preenchidas conforme a disponibilidade do adolescente, levando em conta a proximidade do bairro onde reside com o local de atuação pelo Projeto, o horário de aula do ensino regular e o interesse pela área de intervenção.

Ao se analisar o fato de a maioria dos adolescentes ser composta pelo sexo masculino, se põe em pauta a questão do adolescente do sexo masculino ser mais pressionado para se inserir no mercado de trabalho precocemente, pela cultura forte do “macho ser o provedor”, e em contraposição o trabalho doméstico, onde o gênero feminino é predominantemente atingido. Este último é naturalizado pelo senso comum, e por este motivo as meninas são menos pressionadas a sair de casa em busca de uma profissionalização. Segundo dados do IBGE, no Brasil 502.000 meninas com idades entre 5 e 17 anos estão envolvidas em trabalho doméstico. (IBGE, 2001).

Fenômeno sabido como existente na cidade, e demonstrado pelo Gráfico II - Naturalidade, é o vultoso número de famílias que migram de outras localidades atraídos pelo grande número de fábricas no município.

Lembre-se ainda do intenso processo de êxodo rural relacionado ao século XX, vindo da industrialização do país, atraiu grande parte da população para a zona urbana, que hoje configura-se no país por mais de 80%. Além disso, as crescentes taxas de desemprego a partir da década de 90, diante das novas configurações do mundo do trabalho, relacionadas a reestruturação produtiva e a globalização, como elucidado na primeira seção desse trabalho, estimularam a população a realizarem migrações para cidades pólo, na perspectiva de maiores chances de emprego.

A partir do Gráfico II – Naturalidade, observamos que mais de 30% dos adolescentes não são naturais do município de Panambi, refletindo a migração das famílias provavelmente em busca de melhores condições de vida. Todos indivíduos pesquisados são naturais de cidades do Rio Grande do Sul, e em sua maioria, de cidades próximas ao município de Panambi, localizados no noroeste do estado.

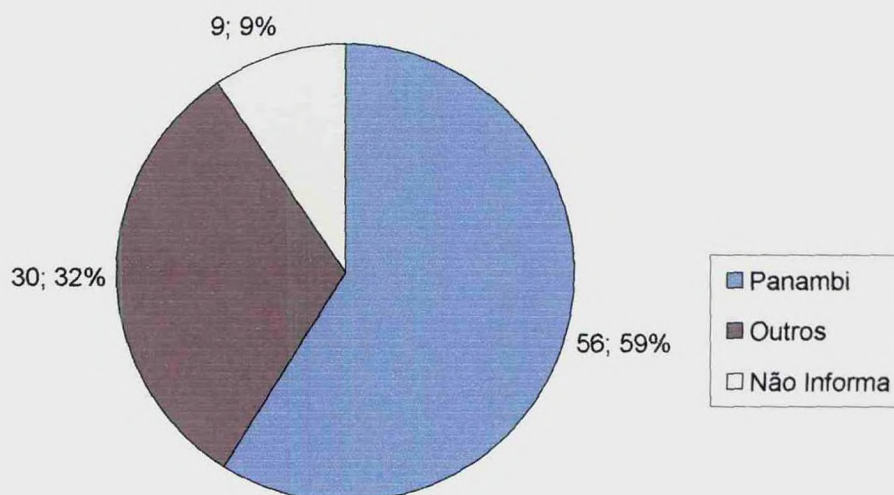


Gráfico II - Naturalidade

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri

Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

O grande número de indústrias fixadas na cidade atrai famílias em busca de emprego, pois aloca populações com baixo grau de instrução e de especialização como mão de obra do denominado “chão de fábrica”. Segundo dados do IBGE, o PIB per capita do município de Panambi corresponde ao valor de R\$ 18.246 (dezoito mil duzentos e quarenta e seis reais) (IBGE, 2004), consideravelmente mais alto que em muitos municípios de origem dos adolescentes (Palmeira das Missões – PIB per capita 11.831 reais; Cruz Alta - 9.301 reais)¹¹.

Segundo Barbosa (2000), o fator com maior poder explicativo na reprodução do círculo vicioso da pobreza está vinculado à baixa escolaridade. Com 14 anos, um adolescente com acompanhamento escolar regular teria concluído o primeiro grau, ou estaria em fase de conclusão, no entanto dados da PNAD (1998) informam que no Brasil os adolescentes atrasam cerca de 2,6 anos no processo de estudo. Afirma ainda que o nível de escolaridade

¹¹ Duas cidades vizinhas de onde se originam 5 (cinco) adolescentes pesquisados.

média dos brasileiros é de 5,6 anos. A baixa escolaridade dificulta a superação da condição da pobreza, pois é fator decisivo na relação salarial, ou mesmo de empregabilidade.

A partir do exposto, verificamos pelo Gráfico III – Escolaridade, que os adolescentes que se inscrevem no projeto Guri – que necessariamente devem ter 14 anos completos e conseqüentemente deveriam estar concluindo o primeiro grau, na 8ª série – encontram-se em sua maioria com atraso na escolaridade, o que reflete a necessidade do programa social estar vinculado com a educação.

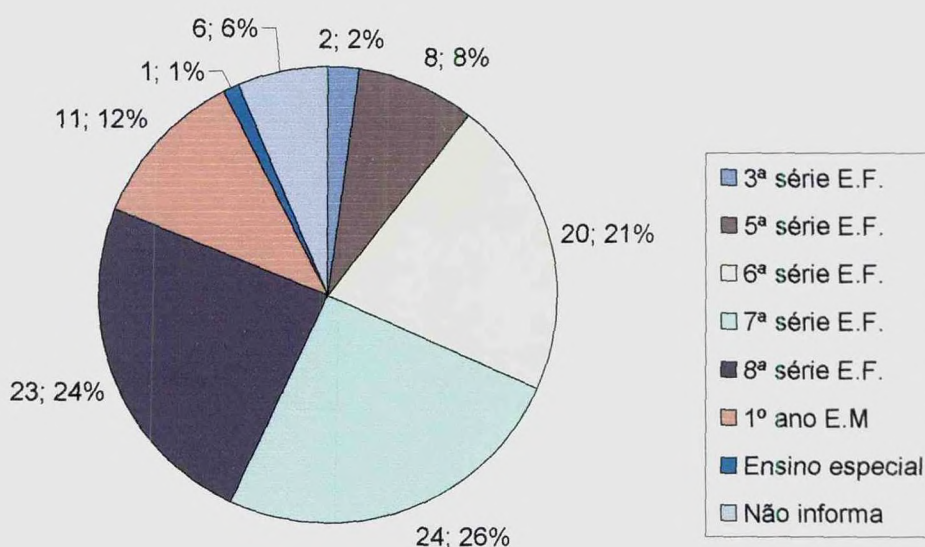


Gráfico III - Escolaridade

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri

Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

Corroborando com afirmações de diversos autores que contemplam a atuação do profissional de Serviço Social (IAMAMOTO, SPOSATI, YAZBEK), o profissional deve comprometer-se com o rompimento do círculo vicioso da pobreza dos usuários, proporcionando estratégias de emancipação do sujeito de direitos. Nesse âmbito, que as políticas sociais se inscrevem, e o Serviço Social contempla suas ações por meio delas, e se vê comprometido a articular ações com as demais áreas da política social, construindo um trabalho em rede, de forma que não se confirme a focalização das políticas sociais.

As políticas sociais, no âmbito da Assistência Social, encontram dificuldade para alcançar o estatuto de universalistas, conforme previsto na LOAS. Mota (et. al, 2006) afirma que a assistência social incide tanto junto aos pobres e miseráveis, desempregados, inaptos para produzir, e, conseqüentemente, limita o acesso, impondo critérios de elegibilidade a exemplo da renda, promovendo políticas de exceção. Pois, como elucidada na segunda seção desse trabalho, a lógica neoliberal impõe redução de gastos com as políticas sociais.

O IPEA, utiliza-se de um dado para determinar qual o nível mínimo de vida para julgar alguém como pobre, denominando-o como Linha de Pobreza, e que autores contemplam ainda a Linha de Indigência que caracteriza-se pela metade do valor da linha de pobreza. Sendo, pois, que o IPEA faz um cálculo para classificar a linha de pobreza baseando-se no custo de vida de cada região (entre outros fatores)¹², e na ausência de dados para o atual salário mínimo (trezentos e oitenta reais), iremos, a título de análise, utilizar-se do parâmetro que alguns autores (LESBAUPIN, 2000), por exemplo, tomam como base: a metade do valor do salário mínimo para a linha de pobreza (cento e noventa reais) e um quarto do salário mínimo para classificar a linha de indigência (noventa e cinco reais).

¹² Para o ano de 2001 o IPEA definiu para Porto Alegre-RS, o valor mais alto da linha de pobreza: R\$ 145,10 (cento e quarenta e cinco reais e dez centavos) e intermediários até o valor mais baixo para o interior de Minas Gerais: R\$ 78,07 (setenta e oito reais e sete centavos). Lembramo-nos ainda que o salário mínimo da época era de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Considerando que estes valores seriam necessários para um indivíduo manter o mínimo das condições de sobrevivência, analisamos no Gráfico IV – Renda per capita, que a renda informada pelos familiares dos adolescentes do Projeto Guri na data da sua inscrição classifica as famílias, em sua maioria absoluta (82%) como pertencentes abaixo do limítrofe da linha de pobreza, e destes, 62% abaixo da linha de indigência. O gráfico ainda mostra como percentual maior das categorias analisadas, 39%, que a renda per capita é ainda consideravelmente inferior a considerada linha de indigência. Se entende-se por “LP” (linha de pobreza) como a condição mínima para manter a subsistência dos membros de uma família, indaga-se aqui como pessoas manteriam seus membros vivos, alimentados, considerando um patamar 6 vezes menor? Isso sem se considerar o padrão mínimo de vida digna a que as pessoas têm direito, que não se trata somente de se alimentar, mas de vestir, de lazer, de estudar, de ir e vir.

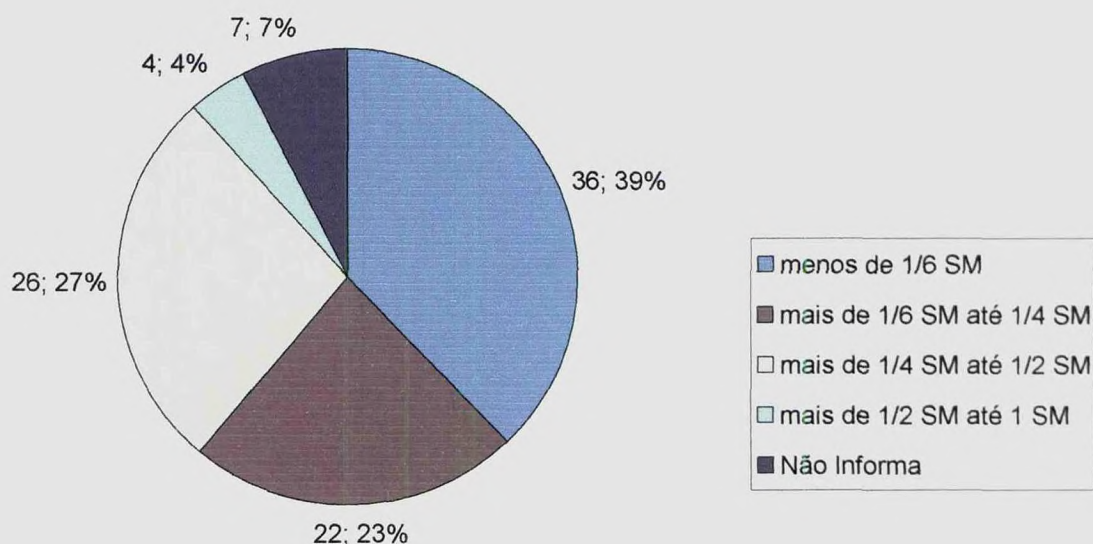


Gráfico IV - Renda per capita

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri
Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

A renda dessas famílias é composta por uma multiplicidade de fontes, advindas do trabalho (formal ou informal) de um ou mais membros, de benefícios previdenciários (aposentadorias, auxílios-doença, seguro-desemprego), pensões alimentícias, do Programa Bolsa Família, ou em alguns casos não possuem nenhuma renda e ficam dependentes de doações, da sacola de alimentos do Projeto Guri, e de auxílio assistencial de alguma ONG.

Considere-se que parte da renda de parte dessas famílias é composta pelo Bolsa Família, Programa do Governo Federal, instituído por medida provisória em 2003 e regulamentado por lei em 2004, que unificou os programas: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação, na busca pela desburocratização e fragmentação. O programa visa uma maior autonomia das famílias, na busca pela superação da condição de pobreza extrema, pois proporciona uma complementariedade na renda de famílias muito pobres que pode garantir um acesso mínimo a outros bens e serviços. Pois,

As pessoas em estado de absoluta carência estão aprisionadas em uma cadeia de privações, oriundas da própria operação da ordem social e econômica, que reduz suas chances reais de acesso a recursos que tornem possível saírem de sua miserável condição. (ABRANCHES, 1987, p. 15)

O Programa Bolsa Família atinge as famílias que tem renda per capita de até 120 (cento e vinte) reais, com critérios de elegibilidade, que não caberia aqui enumerar, somente ressaltando que no caso das famílias pesquisadas todas se enquadram no critério de inclusão, pelo menos com um critério em comum que é o fato de ter crianças e adolescentes entre 0 a 15 anos.

O Gráfico V – Usuários do Programa Bolsa família, mostra a porcentagem das famílias dos adolescentes do Projeto Guri que contemplaram a pesquisa e que são usuárias do Programa Bolsa Família.

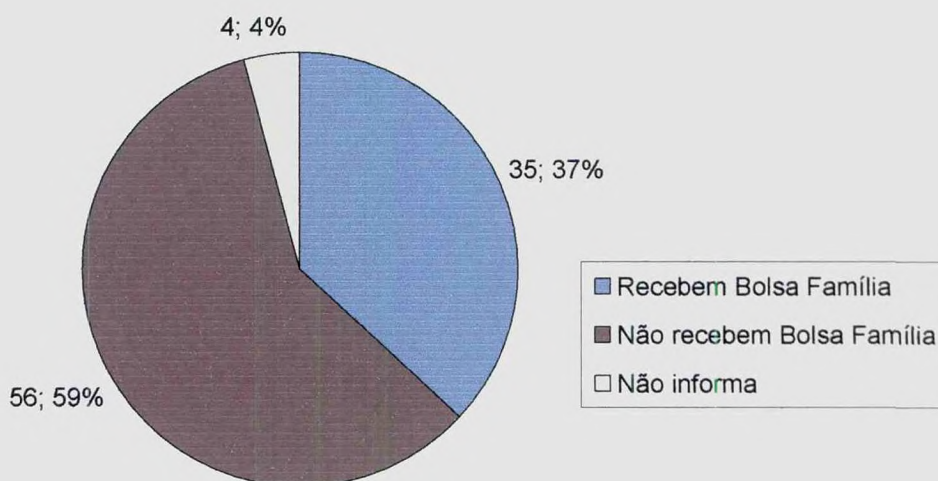


Gráfico V - Usuários do Programa Bolsa Família

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri
Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

Observa-se, no entanto, que a partir do comparativo entre o Gráfico IV – Renda per Capita e o Gráfico V – Usuários do Programa Bolsa família, há uma incoerência de dados, pois, segundo o critério de renda pelo menos 62% das famílias teriam de ser beneficiárias do Programa, pois recebem até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, que corresponde à 95 reais.

Nesse sentido podemos levantar várias hipóteses, como, por exemplo, a falta de anotação na ficha de cadastro do adolescente. No entanto, o que comumente acontece, e que é abordado por Gomes (2001), é que os critérios de elegibilidade dos programas sociais são tão grandes, a seletividade é tão aviltante, que os usuários, se não bastasse a condição miserável em que se encontram, se colocam em piores condições, para que consigam “disputar uma vaga” com os demais sujeitos. Essa situação estigmatiza o usuário e se coloca totalmente inversa a posição de cidadão de direitos, que seria dever do poder público garantir.

A análise a partir da renda per capita merece uma reflexão a partir da composição dessas famílias. Sabe-se que as mudanças no mundo do trabalho, com a dissociação família e empresa (MIOTO, 1997) alteraram as relações familiares e foram fundamentais para a

constituição da família como encontra-se hoje. A família, a afetiva familiar, a partir de um contexto de sociedade industrial desumanizada, passou a ter cada vez mais importância na vida das pessoas (MIOTO, 1997). A família nuclear, formada por pais e filhos, altera-se da centralidade do processo, e uma multiplicidade de novas organizações ganham visibilidade. Seja a convivência com gerações mais velhas, pelo aumento da expectativa de vida, seja a convivência com gerações mais novas e suas respectivas famílias pelo aumento da gravidez na adolescência (associada à dificuldade econômica), ou o aumento significativo das famílias monoparentais (chefiadas por mulheres, ou por homens).

O que queremos com essa análise é que se mostre a multiplicidade de fontes se onde provêm o sustento dessas famílias. O gráfico VI – Quem garante a subsistência, nos mostra a partir de qual dos membros a subsistência é garantida. O que não significa, necessariamente que o indivíduo abaixo qualificado esteja inserido no mercado formal de trabalho, pois considerou-se rendas advindas de aposentadorias, pensões alimentícias, seguro desemprego. E ainda, e prioritariamente, considera-se que existem famílias onde ninguém tem renda (15%), o que se conclui que a subsistência é garantida pela sacola de alimentos do Projeto Guri, ou seja, através do “trabalho” do adolescente que a família se mantém alimentada.

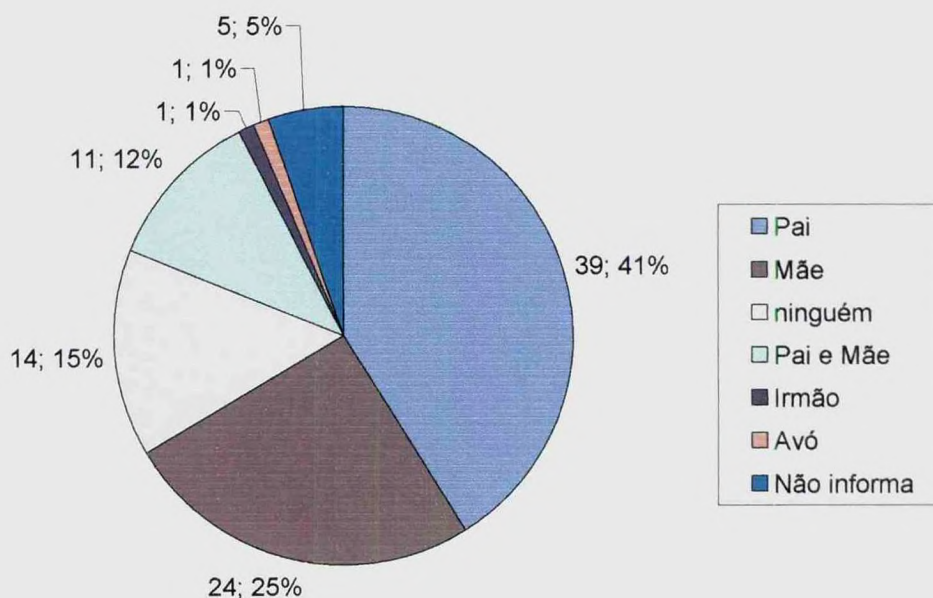


Gráfico VI - Quem garante a subsistência

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri

Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

A partir deste gráfico, podemos considerar o vultoso número de famílias que tem como chefe de família mulheres¹³, que neste caso, pelo menos 25% (pois as que tem pai e mãe que garantem a subsistência podem ter a mulher como pessoa de referência). Este referencial no Brasil, segundo a PNAD/2003 corresponde a 28,8%, contra 16% em 1981. O que implica nessa configuração é que as mulheres apresentam como fator de vulnerabilidade, a inserção menos favorável no mercado de trabalho, auferindo rendas com valores inferiores ao dos homens, e ocupar, em maioria, a profissão de domésticas (ou faxineiras, diaristas), que tem outra questão inerente e problemática que é a vulnerabilidade à formalização do trabalho.

Em relação à composição do grupo familiar, e sabendo que não necessariamente possuem laços consangüíneos e sim corresponde a um grupo de pessoas que se relacionam em um determinado lugar, por um determinado tempo, pode-se afirmar a partir da PNAD (2001) que as famílias tem reduzido o número de filhos, mas que, no entanto, as famílias pobres procuram estratégias de enfrentar as dificuldades advindas principalmente do contexto externo, que podem ser explícitas pelo agrupamento de famílias, seja entre as gerações da mesma família ou não.

A partir do Gráfico VII – Grupo Familiar, observa-se que as famílias dos adolescentes pesquisados apresentam um grande número de famílias numerosas, com 6 ou mais membros.

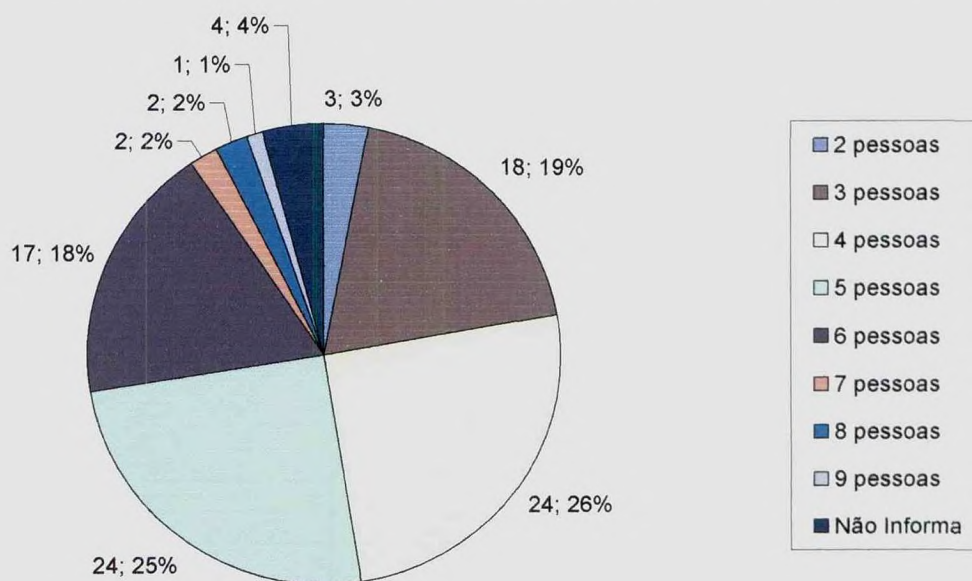


Gráfico VII - Grupo Familiar

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri
Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

¹³ O Código Civil de 2001 eliminou a condição de chefia a pessoa do sexo masculino, portanto, utilizamo-nos para a palavra chefia o significado de pessoa de referência.

No entanto, analisar as famílias como grandes ou pequenas, em se tratando de famílias muito pobres, como já analisamos no Gráfico IV - Renda per capita, em condições de moradia muito precárias, sem nenhuma infra-estrutura, se torna relativo. Pois, mesmo uma família com 4 (quatro) membros, pode ser considerada grande, levando em conta que não tem espaço na sua moradia, e que nem sempre tem alimentos para prover o sustento dos membros.

No Gráfico VIII – Bairros onde residem, observamos que o maior percentual de moradias concentradas das famílias dos adolescentes pesquisados encontra-se no bairro Alves Klasener I – podemos anexar à análise o bairro Alves Klasener II pela separação somente geográfica, mas com características idênticas – com um percentual de 27%. Este bairro refere-se a um loteamento popular, sem infra-estrutura (longe de serviços, sem calçamento, com uma rodovia BR como divisa com o restante da cidade) com residências pequenas e muitas sem divisórias, improvisadas com móveis e cortinas.

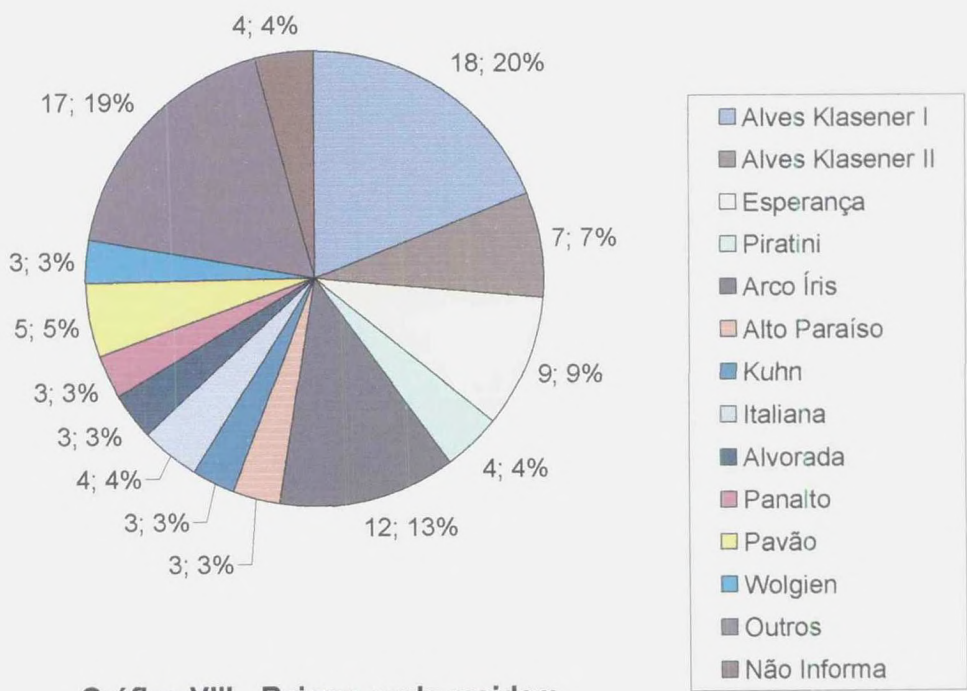


Gráfico VIII - Bairros onde residem

Fonte: Fichas de Inscrição do Projeto Guri
Elaboração: Natália Luersen Moreira. Florianópolis – 2007.

O bairro Esperança que faz limite com o bairro Arco Íris, que é igualmente um local que apresentam vulnerabilidade econômica dos moradores, no entanto com melhor infra-estrutura (ruas calçadas, Colégios de primeiro e segundo graus, creches, acesso mais facilitado a transporte coletivo, etc.).

O bairro Esperança apresenta a peculiaridade de ter se formado em frente a uma das maiores e mais antigas fábricas da cidade, e cresceu no decorrer do tempo em virtude, provavelmente, da mão-de-obra fabril que deslocava-se de outras localidades (da zona rural ou de outros municípios) e se acomodava ali. O bairro apresenta-se um número elevado de acontecimentos de violência, o que expõe os adolescentes e reflete-se a necessidade de articulação com as demais políticas públicas.

O índice que compreende “outros”, correspondido por 19%, é referente a bairros onde reside um ou dois adolescentes, formando um total de mais 12 bairros e que consideramos não necessário citar por ter pouca representação em relação ao numerário de adolescentes moradores.

3.4 ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROJETO GURI – AS ASSISTENTES SOCIAIS RESPONDEM

Em se sabendo que o Projeto Guri é um Projeto Municipal inserido na Política Municipal de Assistência Social, formulado e coordenado por um profissional de Serviço Social, despertou-nos o interesse em conhecer a opinião dos profissionais de Serviço Social que acompanham o Projeto.

No mês de maio de 2007 foi aplicado um questionário (Apêndice B) formulado por nós, com as Assistentes Sociais que atuam no Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Panambi, a fim de conhecer a atuação e opinião delas acerca do Projeto Guri. São três profissionais, formadas a menos de 6 (seis) anos, concursadas e que trabalham 40 horas semanais. Uma delas é a coordenadora do Projeto Guri e as demais tem menos contato com o Projeto, mas acompanham o seu desenvolvimento. Uma das profissionais tem pós graduação, e todas atuam menos de 4 anos na Prefeitura. Elas serão identificadas por A1, A2, e A3.

O questionário foi composto de 7 (sete) perguntas descritivas, abertas, relacionadas ao funcionamento do Projeto Guri, considerando a forma como está sendo desenvolvido atualmente. Dividimos, a título de melhor compreensão, as perguntas em dois blocos: um com as perguntas e respostas que referem-se ao funcionamento do Projeto, à forma como é desenvolvido, que abrange às perguntas 1, 3, 4 e 5. Em um segundo bloco abordamos as perguntas e respostas que referem-se ao projeto em uma perspectiva mais ampla, ou seja, onde as Assistentes Sociais puderam responder questões que integraram um contexto mais

ampliado, englobando as dimensões que alcançavam o contexto externo ao funcionamento, ou seja, o reflexo do projeto quando se refere à família, ao profissional de Serviço Social e ao adolescente de forma intrínseca. Esse bloco corresponde às perguntas 2, 6 e 7.

3.4.1 Em relação ao funcionamento do Projeto

Na primeira questão perguntamos se os objetivos propostos pelo projeto estão sendo atendidos. Todas confirmam que os objetivos estão sendo cumpridos, embora todas advertem que não totalmente. Essas negações referem-se, segundo A1, ao número de profissionais insuficiente e ao espaço físico limitado. A2 afirma a necessidade de alterações na forma execução e A3 concorda que o Projeto atende os objetivos em parte, ou seja, não totalmente mas não cita quais os impedimentos.

Retomando os objetivos do Projeto Guri, lembramos que ele prevê capacitação para o trabalho e treinamento para “melhoria da qualificação profissional”, o que, certamente não é cumprido, pois de acordo com a análise do Projeto apresentada anteriormente, os adolescentes não recebem nenhum tipo de preparação e ensino profissionalizante, portanto nem poderiam aprender melhoras, pois não tem qualificação.

Quando analisamos os objetivos relacionados aos aspectos ligados às famílias como: melhorar as condições sócio-econômicas e estimular a responsabilidade dos pais no processo de educação e desenvolvimento dos adolescentes; surge um a dúvida no sentido de qual o tipo de avaliação que é feita para averiguar tais mudanças, uma vez que as famílias não têm espaço de discussão, a não ser quando se procura a Assistente Social para manifestar suas inquietações. No entanto, Miotto (2000), afirma que não há possibilidade de se “conceber ações de cuidado setorizadas e pontuais, uma vez que elas estão imbricadas no espaço familiar” (MIOTO, 2000, p. 220). E ainda, “que quando uma família recorre à ajuda institucional para a solução de seus problemas, ela já não dispõe de recursos para lidar com suas dificuldades” (MIOTO, 1997, p. 124). Ou seja, esse atendimento fragmentado e pulverizado não se compromete com a mudança de vida dessas famílias, mantém as famílias fracassadas nas suas funções sociais.

Quando os objetivos envolvem o comportamento dos adolescentes, ou seja: “diminuir o índice de marginalidade do município”; “[...] desenvolvimento de hábitos e comportamentos socialmente construtivos e solidários” (PANAMBI, 1997), além de ter um interesse puramente burguês, sem comprometimento com o desenvolvimento pessoal do adolescente em situação peculiar de formação, só há como se averiguar isso com pesquisas que

demonstrem a situação de criminalidade, no primeiro caso, e no segundo, há, certamente, uma necessidade inicial em se definir o que são “hábitos socialmente construtivos e solidários”.

Quando se questiona, na terceira pergunta, a necessidade de alterações do Projeto e a forma como podem ser feitas, todas afirmam que é necessário realizar alterações, e expressam a possibilidade em se fazer mais encontros com os adolescentes, para que se aumente a intervenção do Serviço Social. Uma delas inclusive expõe a proposição de englobar ações de caráter educativo, que envolvessem cursos profissionalizantes, que sejam de interesse dos adolescentes.

Nessa fala A2 envolve a participação ativa e propositiva dos adolescentes, que é um ponto positivo, pois percebe-se que os adolescentes ganham espaço de voz ativa, de participantes. Abre-se então, o canal de diálogo, de troca, e a participação dos usuários como formadores da política de assistência social, e a democracia e transparência proposta pela PNAS, LOAS e SUAS pode ser efetivada gradualmente. Claudino (2007), enfoca a importância de um sistema participativo, da democracia participativa que tem função educativa, de pedagogia crítica. Para isso faz-se necessário a ampliação da compreensão de ECA, onde crianças e adolescente tenham a prioridade absoluta garantida, e inclusive o direito a fala, para o rompimento de uma sociedade adultocêntrica (CLAUDINO, 2007). Volpi (2000 apud CLAUDINO, 2007, p. 64) cita que:

[...] não é possível defender alguém que não existe dentro da sociedade, alguém que é futuro, alguém que ainda vai ser, que está crescendo, e que um dia vai ser alguém. Então, o primeiro grande embate foi denunciar este mito da incapacidade da infância [...]

No entanto, enfatizo, não foram citadas a necessidade da proteção trabalhista e previdenciária, tampouco a adequação ao pagamento de um *quantum* a título de salário.

Em relação ao funcionamento do projeto relacionado ao atendimento pelo Serviço Social, perguntamos como se dá a relação do Serviço Social com os adolescentes, no sentido da periodicidade, e quais as demandas que as famílias dos adolescentes trazem. Todas as respostas condizem no aspecto que os adolescentes são acompanhados sempre que precisam (o que fica em um sentido vago, pois o fato de *precisar*, esperando manifestação pessoal do adolescente, por exemplo, não significa que seja o momento real em que ele necessite de acompanhamento). Além disso, nas reuniões mensais e uma delas (A1) lembra que também

há relação profissional na inscrição do adolescente no projeto, na reunião mensal com os pais e em visitas domiciliares.

Em relação às demandas trazidas pelas famílias, ambas ressaltam fatores em comum, a maioria ligada à dificuldade econômica (como alimentação, falta de renda). Além disso, o desemprego, alcoolismo, violência doméstica, baixa escolaridade também aparecem como demandas.

O fato de a alimentação aparecer como demanda das famílias reflete que mesmo com a sacola de alimentos do Projeto Guri, as famílias não conseguem manter a subsistência alimentar dos seus membros. O desemprego, aliado a falta de renda, colocam em situação mais degradante os membros, juntando-se ao fato de que o adolescente passa a prover o sustento da família, em condições irregulares. Sabe-se que estas expressões da questão social são presentes no mundo todo, advindos, principalmente, da reestruturação produtiva e da globalização, conforme explicitado na primeira seção deste trabalho. O que exige das políticas sociais uma articulação com programas de geração de emprego e renda para os pais desses adolescentes, de forma que ele não fique como provedor único do sustento das famílias, até porque isso não é possível apenas com uma sacola de alimentos.

Sobre a presença de casos de alcoolismo e violência doméstica, nos remete à reflexão sobre a necessidade de os adolescentes terem espaço de abertura com o serviço social, para que sejam detectadas tais situações e tomado providências até mesmo preventivas, pois, conforme já elucidado, o fato de as famílias procurarem ajuda é porque já estão em uma situação limite, isso quando um não se torna causa ou consequência do outro, que descaracteriza o caráter de prevenção presente no ECA, e sim volta-se ao paradigma de intervenção quando o direito já foi violado.

Pedimos que as Assistentes Sociais entrevistadas respondessem se na opinião delas as demais pessoas envolvidas com o Projeto Guri conhecem o caráter de aprendizado do projeto e agem segundo este propósito. Isso porque diversas pessoas são envolvidas no Projeto, uma vez que os adolescentes atuam em uma gama de locais e tem supervisores que preenchem ao final do mês uma avaliação e são responsáveis pela orientação referente ao ofício que irão desenvolver (ou estão desenvolvendo) nos respectivos locais de atuação. Todas concordaram que não há um conhecimento geral do caráter de aprendizado, e utilizando-se da fala de A2: “Nem todas as pessoas conhecem o caráter de aprendizado, não vêem o adolescente como sujeito em desenvolvimento e sim como mão-de-obra barata”. A1 relata que a coordenadora do projeto informa aos supervisores, quando faz-se necessário, detectado através de algum

relato eventual de algum adolescente do projeto, que as atividades devem ser orientadas pelo profissional que o acompanha, que o supervisiona, que serve então como o “mestre”.

A partir dessa fala, transparece que há a noção que os adolescentes passam por essas situações de exploração, por desconhecimento das pessoas envolvidas. Assim, parece que não há compromisso real com qualquer qualificação dos adolescentes, pois se eles são encaminhados para executarem serviços (ou trabalhos) em outros locais, as demais pessoas envolvidas devem ser igualmente comprometidas com o respeito à condição de *aprendiz*. Sabe que, no entanto, no ideário popular o trabalho ainda “dignifica o homem” e o contexto histórico-cultural do município potencializa essa premissa.

Não trabalhar – ou mostrar-se “avesso ao trabalho” - era profundamente repudiado socialmente. Inculcar nas crianças desde a mais tenra idade os valores da disciplina associada ao trabalho era tarefa considerada crucial, visando um futuro civilizado para o Brasil (CALHOUB, 1986; RIZZINI, 1997).

Essas falhas poderiam ser corrigidas, se as pessoas que recebem o aprendiz nos seus setores e que vão agir de supervisores tivessem um mínimo de capacitação para o conhecimento tanto da legislação de proteção ao adolescente, como da transposição do senso comum, para a aquisição de um conhecimento mais aprofundado sobre o trabalho precoce.

3.4.2 A avaliação do Serviço Social em uma perspectiva ampliada

As Assistentes Sociais descreveram qual a opinião delas em relação ao projeto, duas delas ressaltaram aspectos positivos do Projeto, na relação que o adolescente tem de aprendizado para a inserção no mercado de trabalho. A outra, A1, ressaltou que necessidade de reformular o projeto para que se enquadre nos parâmetros do ECA e da CLT:

Acredito que é necessário que se faça uma atualização no projeto, pois atualmente o mesmo está em desacordo com o ECA e as Leis Trabalhistas; discussões acerca do assunto já estão acontecendo a fim de possibilitar realmente a formação e preparação dos adolescentes através de oficinas temáticas. (A1).

Vê-se a preocupação em adequação com as leis, mas também um desconhecimento em relação à elas, pois, no caso da aprendizagem, o ensino não pode ser feito através de oficinas

temáticas, e sim ser caracterizado como ensino profissionalizante, como já elucidado na primeira seção deste trabalho. E não é abordado por ela, que as adequações são necessárias também no sentido de garantir direitos trabalhistas e previdenciários, além de um salário mínimo hora, o que caracteriza como alteração importante, pois vai exigir um montante consideravelmente maior de recursos públicos destinados ao projeto.

Em relação ao impacto do Projeto na vida dos adolescentes e suas famílias, todas consideram como fator positivo, tanto em relação a contemplação das necessidades básicas através da sacola de alimentos, quanto em relação à mudanças positivas de comportamento dos adolescentes e de dedicação nos estudos. Duas delas citam ainda que através do Projeto Guri, surgem oportunidades futuras de colocação no mercado de trabalho. Utilizando-se da fala de A1

Assim como há aqueles que movidos pela concessão da sacola de alimentos que recebem durante o projeto, não estão atentos as outras possibilidades que se pode encontrar através do mesmo (o projeto). Quanto a estes esperamos que a semente um dia germine e que o aprendizado sirva como suporte na caminhada de cada um. (A1).

Note-se que na fala de A1, há uma culpabilização do adolescente, por não conseguir conquistar sucesso ao fim do projeto, por exemplo de conseguir um emprego, e aborda a concessão da sacola como uma atitude de benesse, como se houvesse a obrigação por parte dele de retribuição mostrando “trabalho” e sucesso.

Constata-se aqui um contraste com a lógica defendida pelo ECA da garantia de direitos e não para o atendimento da violação destes. Claudino (2007, p. 97) elucida tal fato:

Não cabe mais voltar todo um sistema para atender as conseqüências da violação de direitos, que nessa lógica continuarão sendo sistematicamente violados, conforme se acompanhou historicamente. Daí a previsão contemporânea, de um sistema articulado de garantia de direitos, o que conseqüentemente impedirá a violação dos mesmos.

Ao perguntarmos sobre quais os desafios profissionais para o Serviço Social em relação ao Projeto Guri as respostas foram variadas. Em geral o exposto é a preocupação com os adolescentes: “certamente é o desafio de encontrar mecanismos que promovam a inclusão e o desenvolvimento destes jovens que devido às dificuldades vivenciadas por vezes encontram-se desacreditados de sua capacidade” (A1); “propor novas ações com caráter

sócio-educativo que possibilitem ao adolescente o seu pleno desenvolvimento, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, rompendo com a cultura do trabalho”. (A2).

Demonstra-se a partir dessas falas o compromisso com o desenvolvimento pessoal do adolescente. Apesar do importante reconhecimento, verifica-se também que pouco é feito, pois o projeto está sendo executado há 10 anos de forma irregular.

A necessidade do profissional propositivo e criativo, conforme Iamamoto (1999) contempla, é justamente de forma a superar as causas mais profundas e estruturais e não apenas causas imediatas e ainda permitir limites institucionais ou contextuais impeçam alterações necessárias, até imprescindíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui, vislumbramos a importância de tecer considerações acerca do que foi abordado nesse trabalho.

É certo que a questão social toma novas configurações em uma sociedade que não é estática e está em constante mudança. Uma das expressões dela é o desemprego estrutural que assola a vida de milhões de pessoas que vivem em um sistema capitalista, cuja lógica de obter lucro a qualquer custo acaba por degradar a vida de trabalhadores e a tecnologia aliada uma lógica de consumo de perecíveis acaba formando uma massa de trabalhadores que não tem acesso ao mercado de trabalho. Mas o trabalho ainda é meio de prover a vida.

No entanto, não existe somente o desemprego, existem pessoas desempregadas, famílias desempregadas e conseqüentemente uma gama de conseqüências que daí advém.

Nesse contexto que o Serviço Social intervém, no mais espúrio da pobreza, nas maiores fragilidades que o ser social apresenta. E a partir das Políticas Sociais que tem-se um mediador privilegiado, que, por si só não consegue ultrapassar o estatuto da propriedade privada, mas se tornam mediações importante de reconhecimento de direitos sociais e estratégia de distribuição mais justa da riqueza socialmente produzida.

Ao cair nas “malhas finas do neoliberalismo, o qual, ao privilegiar o mercado, a privatização e um sistema residual-seletivo de proteção social pública, confere-lhe uma função meramente compensatória e marginal” (PEREIRA, 1996, p. 14), que se torna um desafio constante para o cumprimento da Assistência Social enquanto estratégia de os sujeitos buscar o direito de uma vida digna, cidadã, emancipada.

Novas estratégias na formulação e implementação da Política de Assistência Social são pensadas, de maneira que se possa garantir ao cidadão usuário a universalização dos direitos sociais, de forma participativa. O SUAS vem inaugurar uma nova estratégia na relação da Assistência Social com os usuários, de forma a otimizar os serviços.

Pereira (2000, p. 27) afirma que

Isso implica, por sua vez, considerar a provisão social como uma política em movimento, que não se contente em procurar suprir, de forma isolada e estática, nem ínfima ou mesmo basicamente, privações e carências críticas que, por serem “máximas” ou extremas, exigem mais complexas e substanciais.

Do outro lado encontram-se os profissionais de Serviço Social que se vêm assalariados, ou seja, com seus serviços mercantilizados, ao mesmo tempo em que tem compromisso com a garantia e ampliação de direito dos demais. Enfatiza-se então, corroborando com Ferreira (2004), a necessidade de o profissional aliar o saber, o estudo, a construção de condições científicas que garantam formas criativas de intervir na realidade, de forma crítica. De forma que o Serviço Social não formule ações utilitaristas e imediatistas, e possa construir formas de encaminhar resultados num sentido histórico, social, político e técnico. Ferreira (2004) afirma que a prática sem a matriz teórica estereotipa dados da realidade, dando-lhes a aparência de dados empíricos, mas sem nenhum significado conceitual.

Nesse espaço que o Projeto Guri se desenvolve, em uma sociedade capitalista de cada vez maior exploração do trabalho, onde as políticas sociais são fragmentadas e imediatistas, quando não favorecem a interesses do capital, e com profissionais de Serviço Social que enfrentam inúmeras dificuldades para a implantação do seu projeto ético-político. Aliada a essa realidade, uma cultura fortemente calcada na exaltação do trabalho aliada a qualidades e à integridade das pessoas.

Neto e Moreira (1998) afirma que no Brasil existe um paradoxo: enquanto crescem as taxas de desemprego, as taxas de trabalho infanto juvenil não decrescem. E isso

[...] está diretamente ligado à perpetração, principalmente durante as décadas de 80/90, de políticas públicas de cunho economicista, que subordinam a sociedade civil ao mercado, o interesse público ao privado, relegando direitos básicos do cidadão como educação, saúde e habitação e priorizando o empresariado, os bancos e os chamados "índices econômicos". (NETO; MOREIRA 1998).

Todos esses aspectos se refletem no âmbito do projeto que já foi formulado de maneira errônea, em desconformidade com as leis, tanto de proteção ao adolescente, quando em desacordo com a Lei Orgânica de Assistência Social. Reflete-se um cunho fortemente conservador, ligado a uma ideologia de Serviço Social há muito ultrapassada, quando ainda ligado a Igreja Católica, voltado para manter a ordem social, vinculado à benesse e ao assistencialismo e que a partir dos movimentos de reconceituação na década de 80 e principalmente a partir da CF 88, quando a Assistência Social ganha o estatuto de política pública universal, não contributiva e para quem dela necessitar, rompeu com essa ideologia e não tem a menor semelhança com a legislação atual.

Bem como a exploração do trabalho em deturpação da proteção integral ao adolescente e a oportunização de superação daquele modelo familiar e social que ele vive e que, decididamente não está fadado a reproduzir.

Só que diante desses desafios todos, o Serviço Social que assume papel mais importante, no que se refere ao compromisso com a defesa incondicional dos direitos das classes vulneráveis, que vê ali, aquele espaço onde o profissional se insere, como única forma de garantia de seus direitos. Iamamoto (1999, p. 113) define que ao profissional cabe

[...]ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade, para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Quando se fala de novas estratégias de otimização da assistência social, como no caso da estratégia da descentralização, vê-se uma grande oportunidade em atingir todo o território nacional com serviços que se adequem às mais diversas realidades. No entanto, a municipalização pode tornar-se uma armadilha para os programas sociais, se não puder ser monitoradas, avaliadas, como se mostra o caso do Projeto Guri, que há 10 anos funciona irregularmente.

A face da exploração da mão-de-obra é presente, e tão antiga é a luta de acabar com o trabalho precoce e a exploração infanto-juvenil que se perde no tempo o número de tratados, leis, sanções, órgão de defesa, etc.

Então o que mais falta? Fiscalização, conhecimento, comprometimento?

Muitos fatores englobam, certamente, a questão. Mas não há, em absoluto, qualquer argumento que permita ao Assistente Social ser conivente com um sistema irregular do qual faz parte.

Como considerar uma Política Social de proteção social, universal, de garantia de mínimos sociais, uma política não-contributiva, se ainda se impera a lógica da meritocracia e da benesse.

A realidade que se instaura,

[...] requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas no nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo; que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. (IAMAMOTO, 1999, p. 126).

Os desafios ao profissional de serviço social são grandes e vultuosos, mas existe capacidade e conhecimento que proporcionem ao profissional as capacidades de negociação, proposição, formulação, gestão e avaliação de programas e serviços, onde se possa cumprir e defender incondicionalmente a defesa dos direitos dos usuários, ainda mais quando se trata de crianças e adolescentes, que como citado anteriormente, não tem direito à voz em uma sociedade adultocêntrica.

PROPOSIÇÕES

Diante do exposto, vislumbramos a necessidades em propor estratégias que contribuam para a regularização do Projeto Guri, de forma que este atinja o estatuto da Proteção Social proposta pela PNAS e pelo ECA. Além disso, enfatizamos a necessidade de adequação com a legislação de proteção ao trabalhador adolescente, para que não se perpetue ações de caráter de violador de direitos.

Como sugestões enumeramos:

- Reformular o Projeto Guri, para fins de adequar-se a legislação, e de adequação para a lógica da Proteção do adolescente;
- Redimensionar a rede de proteção à criança e ao adolescente, fazendo com que todos se envolvam de forma a proteger e garantir os direitos previstos em lei. Essa rede inclui, dentre outros : Conselho Tutelar, Conselhos da Criança e do Adolescente, Conselho de Assistência Social, Promotoria da Infância e Juventude, Delegacia do Trabalho, Câmara de Vereadores. Lembrando que conforme previsto no Art.86 do ECA a Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente deverá efetivar-se através do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais.
É, sobretudo necessário o esclarecimento, o conhecimento de todas as pessoas envolvidas das legislações, enfatizando o caráter da Proteção Social e da Proteção do Adolescente.
- Pleitear o aumento de verbas municipais direcionadas ao Projeto para adequação no que se refere à garantia dos direitos trabalhistas dos adolescentes. Ainda há possibilidades de pleitear verbas junto ao MTE através do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE que possui linhas de financiamento (que exigiriam alterações no escopo do Projeto).
- Alterar o projeto no que se refere ao caráter de aprendizagem, e proporcionar aos jovens – utilizando-se da sugestão de uma das Assistentes Sociais entrevistadas, o oferecimento de oficinas temáticas que tenham caráter cultural ou profissionalizantes, e que não vinculem o jovem ao mercado de trabalho, mas sim na direção do desenvolvimento da cidadania.

Estas oficinas podem ser oferecidas de acordo com o interesse dos adolescentes. Alternativas relacionadas à vinculação das empresas privadas são viáveis, pois pode-se proporcionar aprendizados referentes à ofícios que encontram-se escassos para o preenchimento de vagas no mercado de trabalho local, proporcionando ao adolescente uma especialização para o ingresso no mercado de trabalho após os 16 anos, de acordo com a legislação.

Dessa maneira as sacolas de alimentos destinadas ao Projeto Guri poderiam ser disponibilizadas para o Plantão Social no atendimento de um mínimo das necessidades básicas alimentares às famílias que ali se dirigem.

- Reiterar a garantia da participação dos adolescentes na formulação e avaliação do Projeto, estando aberto para alterações e adequações de acordo com o interesse dos usuários e do reflexo para as famílias e comunidade.
- Vincular o Projeto com as demais políticas públicas, proporcionando ações integradas e em rede. Com a política de educação, por exemplo, no acompanhamento escolar constante através da responsabilização também da escola no processo de estímulo à frequência e à dedicação escolar. Além disso, a vinculação com o ensino profissionalizante através de parcerias com o SENAI, ou mesmo de ONG's que poderiam ministrar tais aprendizados. Vislumbra-se ainda na integração das famílias em programas de geração de emprego e renda, para a superação da condição de pobreza absoluta.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio H. et al. **Política social e combate à pobreza: a teoria da prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ALTMANN, Jane L. K. **Relatório de estágio**. Ijuí, Unijuí, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. In: **Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 18-31.

_____. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2002.

BARBOSA, Maia L. O. **Combater a Pobreza Estimulando a Frequência Escolar: O Estudo de Caso do Programa Bolsa-Escola do Recife**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 11/06/07.

BRASIL. **Decreto nº. 1313** de 17 de janeiro de 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da capital federal. Disponível em: <<http://www.ciespi.org.br/portugues/DEC102.html>>. Acesso em: 04/05/07.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, Senado, 2004.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Mapa Fiscal, 1988.

BRASIL. **Lei orgânica da Assistência Social**. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/noticias/social/loas.html>. Acesso em 01/05/07.

BRASIL-ESCOLA. **Doutrina Keynesiana**. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/historiag/doutrina-keynesiana.htm>>. Acesso em: 21/05/07

CARVALHO, Inaiá M. M.; ALMEIDA, Paulo H. **Família e Proteção Social**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200012&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28/05/07.

CARVALHO, Maria do C. B. **Assistência social: reflexões sobre a política e sua regulação**. In: Serviço Social e Sociedade nº. 87. São Paulo: Cortez, 2006. p. 123-131.

CFESS. **Código de ética profissional dos assistentes sociais**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf>. Acesso em 15/05/07.

CLAUDINO, Cristiane S. **As conferências municipais dos direitos da criança e do adolescente e o potencial deliberativo do CMDCA em questão: quer um conselho?** Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2007.

COLARES, Marcos; PAIVA, Leila. **Aprendizado, trabalho e dignidade: discutindo perspectivas legítimas de ocupação produtiva para a adolescência no Brasil**. Fortaleza: Perfil, 2003.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Luciana C. O. **Estratégias de sobrevivência de jovens estudantes e o programa agente jovem. 2005**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <<http://agata.ucg.br/formularios/ucg/mestrados/educacao/arquivos/4.pdf>>. Acesso em: 28/05/07.

DIEESE. **Anuário dos Trabalhadores: 2005**. 6.ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnq/anuario_2005.pdf>. Acesso: em 20/05/07.

FALEIROS, Vicente de P. **A política social do estado capitalista**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, Maria E. Construindo uma atitude investigativa. **Anais do IX ENPES – Encontro nacional de pesquisadores de serviço social**. Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

GIL, Antônio C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Ana. L. O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 68. São Paulo: Cortez, 2001. p. 111 – 139.

IAMAMOTO, Marilda V. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: **Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília. CEAD, 1999. p. 112-126.

_____. **Trabalho e indivíduo social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. edição. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2001, 2003. **Síntese de Indicadores Sociais 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em: 19/05/2007.

_____. Boletim IBGE. **Crianças e adolescentes, indicadores sociais**, v.3. 1989.

_____. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio. (PNAD) 2004, 1998.

LAVINAS, Lena; NICOLL, Marcelo. **Atividade e vulnerabilidade:** quais os arranjos em risco?. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000100004&script=sci_arttext&tlng=pt#nt02>. Acesso em: 13/06/2007.

LESBAUPIN, Ivo. **Poder local x exclusão social:** a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11/06/07.

LIMBERGER, Eliane T.S. **Neu-Würtemberg:** uma colônia alemã no século XX. Dissertação de Pós-graduação. Universidade de Passo Fundo, 2005.

LOPES, Márcia H. C. O tempo do SUAS. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 87. São Paulo: Cortez, 2006. p. 76-96.

MARQUES, Eduardo A.C.T. **Atribuições do Ministério Público do trabalho em relação à Criança e ao Adolescente.** Trabalho de Conclusão de Curso. UFSC, 1999.

MARTINS, Liliâne F. **O assistente social na secretaria executiva dos conselhos de direito de Florianópolis** – contribuições e desafios para implementação do projeto ético-político da profissão. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

MELO, Ana Inês C. et all. **Na corda bamba do trabalho precarizado:** a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: a nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998, p. 195-215.

MICHELS, Sérgio E. **A história ensinada na colônia particular de neu-würtemberg sob a ótica do protestantismo, da germanidade e da educação.** Dissertação de Mestrado. Unijuí, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), **Política Nacional de Assistência Social (PNAS).** Brasília: 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO E DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO DE SANTA CATARINA (MTE/DRT). **Anais do Seminário da Região Sul,** Proteção integral para crianças e adolescentes: fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem. Florianópolis, 2001.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias** – funcionamento e treinamento. Porto alegre: Artes Médicas, 1992.

MIOTO, Regina C. T. Família e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 55. São Paulo: Cortez, 1997. p. 114-130

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4 - o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: Unb, centro de educação aberta, continuada a distância, 2000. p. 217 – 224.

MOREIRA, Natália L. **Relatório de estágio obrigatório**. Florianópolis, UFSC, 2007.

MOTA, Ana E., MARANHÃO, Cezar H., SITCOVSKY, Marcelo. O sistema único de assistência social e a formação profissional. In: **Serviço Social e Sociedade** n. 87. São Paulo: Cortez, 2006. p. 163-177.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Rasga Marcelo. Trabalho infanto-juvenil: motivações, aspectos legais e repercussão social. **Cad. Saúde Pública** v. 14 n.2 Rio de Janeiro abr./jun. 1998. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1998000200029&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20/06/07.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Os Jovens são a Solução. O Problema é o Desemprego**. Disponível em:
<http://www.oitbrasil.org.br/info/download/yen_fact_sheet.pdf> Acesso em: 20/07/05.

PAIVA, Beatriz Augusto. O SUAS e os direitos socioassistenciais (a universalização da seguridade social em debate). In: **Serviço Social e Sociedade** n. 87. São Paulo: Cortez, 2006. P. 5-24.

PEREIRA, Potyara A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 46-58.

_____. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996

PANAMBI, Prefeitura Municipal. **Projeto Guri**, 1997.

RIBEIRO, Carmem. **Máquinas Paradas! Greve metalúrgica em panambi 1987**. Trabalho de Conclusão de Curso. Unijuí, 2000.

_____. **A prática da educação em organizações cooperativas: o caso cotripal**. Dissertação de Mestrado. Unijuí, 2005.

RIZZINI, Irene; FONSECA, Claudia. **As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil: aspectos históricos culturais e tendências atuais**. OIT, 2002. Disponível em:
<http://www.oit.org.pe/ipec/documentos/final_praticas_cult_brasil.pdf>. Acesso em: 10/06/07.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina Loas: um processo de construção da assistência social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TAPAJÓS, Luziele. Gestão da informação no SUAS. In: **Serviço social e Sociedade** n. 87. São Paulo: Cortez, 2006. p. 178 - 200.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília, 2004.

_____. **Atuando com e para a juventude**. Disponível em:
<http://www.unesco.org.br/areas/dsocial/areastematicas/juventude/index_html/mostra_documento> . Acesso em: 01/06/07.

VIANNA, Maria Lucia T. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. **Seguridade Social e Combate à Pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não-contributivos**. Disponível em:
http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fprog_nao_contri.pdf. Acesso em: 21/05/07.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

WONG, Laura L. R. **A projeção da fecundidade** – um exercício aplicado ao Brasil para o período 1991-2020. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/prot20_3.pdf>. Acesso em: 13/06/07

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha para coleta de dados dos adolescentes**Projeto Guri – Perfil dos Adolescentes****Período: setembro de 2006 a fevereiro de 2007****Data do Cadastro:** _____

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: _____
3. Sexo: (☐)M (☐)F
4. Naturalidade: (☐) Panambi Outro: _____
5. Bairro onde reside: _____
6. Composição familiar:
 - a) Quantos integrantes residem: _____
 - b) Renda familiar: _____
 - c) Tipo de renda:
 - i) (☐) Emprego com carteira assinada
 - ii) (☐) Emprego sem carteira assinada
 - iii) (☐) Pensões ou benefícios previdenciários
 - iv) (☐) Bolsa Família
7. Escolaridade: _____

APÊNDICE B - Questionário

Questionário Aplicado com Assistentes Social do Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Panambi

Dados gerais

Tempo de formação acadêmica: _____

Tem pós graduação? _____

Quanto tempo atua na Prefeitura Municipal de Panambi? _____

Qual carga horária? _____

Sobre o Projeto Guri

1. Em sua opinião o projeto atende os objetivos propostos?

2. Qual a sua opinião profissional sobre o Projeto?

3. O Projeto precisa de alterações? Quais e como podem ser feitas?

4. Como se dá a relação entre o Serviço Social e os adolescentes?

a. Com que periodicidade?

b. Quais as demandas que as famílias dos adolescentes apresentam?

5. Em sua opinião, as demais pessoas envolvidas com os adolescentes nos espaços de atuação conhecem o caráter de aprendizado conforme proposto pelo projeto e agem segundo este propósito?

6. Qual o impacto do Projeto na vida dos adolescentes e das famílias?

7. Na sua opinião, quais desafios se apresentam ao profissional de Serviço Social enquanto executor do Projeto Guri?

ANEXOS

ANEXO A – Constituição Federal de 1988**Presidência da República**
Casa Civil**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS

XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

.....

CAPÍTULO VII
DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 3º - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

ANEXO B – Lei nº 8.069/90**Presidência da República**
Casa Civil**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.****ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Capítulo V**Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho**

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;

II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;

III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

.....

Brasília, 13 de julho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Bernardo Cabral
Carlos Chiarelli
Antônio Magri
Margarida Procópio

ANEXO C – Decreto-lei nº 5.452/43

**Presidência da República**
Casa Civil**CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO**

Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943
DOU de 09/08/1943

.....

TÍTULO II
DAS NORMAS GERAIS DE TUTELA DO TRABALHO**SEÇÃO II****Da Emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social**

Art. 17 - Na impossibilidade de apresentação, pelo interessado, de documento idôneo que o classifique, a Carteira de Trabalho e Previdência Social será fornecida com base em declarações verbais confirmadas por 2 (duas) testemunhas, lavrando-se, na primeira folha de anotações gerais da carteira, termo assinado pelas mesmas testemunhas. *(Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10-10-69, DOU 13-10-69)*

§ 1º - Tratando-se de menor de 18 (dezoito) anos, as declarações previstas neste artigo serão prestadas por seu responsável legal. *(Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10-10-69, DOU 13-10-69)*

§ 2º - Se o interessado não souber ou não puder assinar sua carteira, ela será fornecida mediante impressão digital ou assinatura a rogo. *(Redação dada pelo Decreto-lei nº 926, de 10-10-69, DOU 13-10-69)*

.....

CAPÍTULO IV**DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO MENOR****SEÇÃO I****Disposições Gerais**

Art. 402 - Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos. *(Alterado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)*

Parágrafo único - O trabalho do menor reger-se-á pelas disposições do presente Capítulo, exceto no serviço em oficinas em que trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob

a direção do pai, mãe ou tutor, observado, entretanto, o disposto nos arts. 404, 405 e na Seção II. **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

Art. 403 - É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. **(Alterado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

Parágrafo único - O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. **(Alterado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

a) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

b) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

Art. 404 - Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.

Art. 405 - Ao menor não será permitido o trabalho: **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

I - nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho; **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

II - em locais ou serviços prejudiciais à sua moralidade. **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

§ 1º - **Revogado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

§ 2º - O trabalho exercido nas ruas, praças e outros logradouros dependerá de prévia autorização do Juiz da Infância e da Juventude, ao qual cabe verificar se a ocupação é indispensável à sua própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e se dessa ocupação não poderá advir prejuízo à sua formação moral. **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

§ 3º - Considera-se prejudicial à moralidade do menor o trabalho: **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

a) prestado de qualquer modo em teatros de revista, cinemas, boates, cassinos, cabarês, *dancings* e estabelecimentos análogos; **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

b) em empresas circenses, em funções de acrobata, saltimbanco, ginasta e outras semelhantes; **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

c) de produção, composição, entrega ou venda de escritos, impressos, cartazes, desenhos, gravuras, pinturas, emblemas, imagens e quaisquer outros objetos que possam, a juízo da autoridade competente, prejudicar sua formação moral; **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

d) consistente na venda, a varejo, de bebidas alcoólicas. **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

§ 4º - Nas localidades em que existirem, oficialmente reconhecidas, instituições destinadas ao amparo dos menores jornaleiros, só aos que se encontrem sob o patrocínio dessas entidades será outorgada a autorização do trabalho a que alude o § 2º. **(Parágrafo incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

§ 5º - Aplica-se ao menor o disposto no art. 390 e seu parágrafo único. **(Parágrafo incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

Art. 406 - O Juiz da Infância e da Juventude poderá autorizar ao menor o trabalho a que se referem as letras *a* e *b* do § 3º do art. 405: **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

I - desde que a representação tenha fim educativo ou a peça de que participe não possa ser prejudicial à sua formação moral; **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

II - desde que se certifique ser a ocupação do menor indispensável à própria subsistência ou à de seus pais, avós ou irmãos e não advir nenhum prejuízo à sua formação moral. **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

Art. 407 - Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções. **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

Parágrafo único - Quando a empresa não tomar as medidas possíveis e recomendadas pela autoridade competente para que o menor mude de função, configurar-se-á a rescisão do contrato de trabalho, na forma do art. 483. **(Parágrafo incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

Art. 408 - Ao responsável legal do menor é facultado pleitear a extinção do contrato de trabalho, desde que o serviço possa acarretar para ele prejuízos de ordem física ou moral.

Art. 409 - Para maior segurança do trabalho e garantia da saúde dos menores, a autoridade fiscalizadora poderá proibir-lhes o gozo dos períodos de repouso nos locais de trabalho.

Art. 410 - O Ministro do Trabalho poderá derrogar qualquer proibição decorrente do quadro a que se refere o inciso I do art. 405 quando se certificar haver desaparecido, parcial ou totalmente, o caráter perigoso ou insalubre, que determinou a proibição.

SEÇÃO II

Da Duração do Trabalho

Art. 411 - A duração do trabalho do menor regular-se-á pelas disposições legais relativas à duração do trabalho em geral, com as restrições estabelecidas neste Capítulo.

Art. 412 - Após cada período de trabalho efetivo, quer contínuo, quer dividido em 2 (dois) turnos, haverá um intervalo de repouso, não inferior a 11 (onze) horas.

Art. 413 - É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo: **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

I - até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixado; **(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)**

II - excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de 12 (doze) horas, com acréscimo salarial de pelo menos 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal e desde que o trabalho do

menor seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento. *(Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)*

Parágrafo único - Aplica-se à prorrogação do trabalho do menor o disposto no art. 375, no parágrafo único do art. 376, no art. 378 e no art. 384 desta Consolidação. *(Parágrafo incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28-02-67, DOU 28-02-67)*

Art. 414 - Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.

SEÇÃO III

Da Admissão em Emprego e da Carteira de Trabalho e Previdência Social

Arts. 415 a 417 - *Revogados pelo Decreto-lei nº 926, de 10.10.1969, DOU 13-10-69.*

Art. 418 - *Revogado pela Lei nº 7.855, de 24-10-89, DOU 25-10-89.*

Arts. 419 a 423 - *Revogados pela Lei nº 5.686, de 03-08-71, DOU 03-08-71.*

SEÇÃO IV

Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores e dos Empregadores. Da Aprendizagem

Art. 424 - É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães, ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.

Art. 425 - Os empregadores de menores de 18 (dezoito) anos são obrigados a velar pela observância, nos seus estabelecimentos ou empresas, dos bons costumes e da decência pública, bem como das regras de higiene e medicina do trabalho. *(Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22-12-77, DOU 23-12-77)*

Art. 426 - É dever do empregador, na hipótese do art. 407, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de serviço.

Art. 427 - O empregador, cuja empresa ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessário para a frequência às aulas.

Parágrafo único - Os estabelecimentos situados em lugar onde a escola estiver a maior distancia que 2 (dois) quilômetros, e que ocuparem, permanentemente, mais de 30 (trinta) menores analfabetos, de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, serão obrigados a manter local apropriado em que lhes seja ministrada a instrução primária.

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação. *(Artigo alterado pela Lei nº 11.180, de 23/09/2005 - DOU 26/09/2005)*

§ 1º - A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. *(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)*

§ 2º - Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o *caput* deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 5º A idade máxima prevista no *caput* deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência. **(Parágrafo alterado pela Lei nº 11.180, de 23/09/2005 - DOU 26/09/2005)**

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. (NR) **(Parágrafo alterado pela Lei nº 11.180, de 23/09/2005 - DOU 26/09/2005)**

Art. 429 - Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. **(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

a) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

b) **Revogada pelo Decreto-lei nº 9.576, de 12-08-46.**

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. **(Acréscido pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o *caput*, darão lugar à admissão de um aprendiz. **(Parágrafo único transformado em § 1º com nova redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00)**

Art. 430 - Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber: **(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

I – Escolas Técnicas de Educação; **(Inciso incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

II – entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **(Inciso incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

Art. 431 - A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços. **(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

a) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

b) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

c) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

Parágrafo único - (VETADO) **(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

Art. 432 - A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada. **(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 1º - O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica. **(Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 2º - **Revogado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: **(Artigo alterado pela Lei nº 11.180, de 23/09/2005 - DOU 26/09/2005)**

a) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

b) **Revogada pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00.**

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; **(Acrescentado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

II – falta disciplinar grave; **(Acrescentado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou **(Acrescentado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

IV – a pedido do aprendiz. **(Acrescentado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

§ 1º - **Revogado pela Lei nº 3.519, de 30-12-58, DOU 30-12-58.**

§ 2º - Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. **(Acrescentado pela Lei nº 10.097, de 19-12-00, DOU 20-12-00)**

ANEXO D – Lei nº 5.598/05

**Presidência da República**
Casa Civil**Decreto nº 5.598, De 1º de dezembro de 2005.**

Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Título III, Capítulo IV, Seção IV, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e no Livro I, Título II, Capítulo V, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente,

Decreta:

Art. 1º Nas relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, será observado o disposto neste Decreto.

Capítulo I**Do Aprendiz**

Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

Capítulo II**Do Contrato de Aprendizagem**

Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Parágrafo único. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

Art. 4º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

Art. 5º O descumprimento das disposições legais e regulamentares importará a nulidade do contrato de aprendizagem, nos termos do art. 9º da CLT, estabelecendo-se o vínculo empregatício diretamente com o empregador responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica, quanto ao vínculo, a pessoa jurídica de direito público.

Capítulo III

Da Formação Técnico-Profissional e das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica

Seção I

Da Formação Técnico-Profissional

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;
- II - horário especial para o exercício das atividades; e
- III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Seção II

Das Entidades Qualificadas em Formação Técnico-Profissional Metódica

Art. 8º Consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica:

- I - os Serviços Nacionais de Aprendizagem, assim identificados:
 - a) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai;
 - b) Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac;
 - c) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar;
 - d) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - Senat; e
 - e) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP;
- II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e
- III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III.

Capítulo IV

Seção I

Da Obrigatoriedade da Contratação de Aprendizizes

Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

§ 1º No cálculo da percentagem de que trata o caput deste artigo, as frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz.

§ 2º Entende-se por estabelecimento todo complexo de bens organizado para o exercício de atividade econômica ou social do empregador, que se submeta ao regime da CLT.

Art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT.

§ 2º Deverão ser incluídas na base de cálculo todas as funções que demandem formação profissional, independentemente de serem proibidas para menores de dezoito anos.

Art. 11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e

III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.

Parágrafo único. A aprendizagem para as atividades relacionadas nos incisos deste artigo deverá ser ministrada para jovens de dezoito a vinte e quatro anos.

Art. 12. Ficam excluídos da base de cálculo de que trata o caput do art. 9º deste Decreto os empregados que executem os serviços prestados sob o regime de trabalho temporário, instituído pela Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1973, bem como os aprendizes já contratados.

Parágrafo único. No caso de empresas que prestem serviços especializados para terceiros, independentemente do local onde sejam executados, os empregados serão incluídos na base de cálculo da prestadora, exclusivamente.

Art. 13. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica previstas no art 8º.

Parágrafo único. A insuficiência de cursos ou vagas a que se refere o caput será verificada pela inspeção do trabalho.

Art. 14. Ficam dispensadas da contratação de aprendizes:

I - as microempresas e as empresas de pequeno porte; e

II - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.

Seção II

Das Espécies de Contratação do Aprendiz

Art. 15. A contratação do aprendiz deverá ser efetivada diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do art. 8º deste Decreto.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem, este assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades indicadas no art. 8º deste Decreto.

§ 2º A contratação de aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da obrigação estabelecida no caput do art. 9º, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o estabelecimento e a entidade sem fins lucrativos, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:

I - a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com determinado estabelecimento para efeito do cumprimento de sua cota de aprendizagem ; e

II - o estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.

Art. 16. A contratação de aprendizes por empresas públicas e sociedades de economia mista dar-se-á de forma direta, nos termos do § 1º do art. 15, hipótese em que será realizado processo seletivo mediante edital, ou nos termos do § 2º daquele artigo.

Parágrafo único. A contratação de aprendizes por órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional observará regulamento específico, não se aplicando o disposto neste Decreto.

CAPÍTULO V

Dos Direitos Trabalhistas e Obrigações Acessórias

Seção I

Da Remuneração

Art. 17. Ao aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. Parágrafo único. Entende-se por condição mais favorável aquela fixada no contrato de aprendizagem ou prevista em convenção ou acordo coletivo de trabalho, onde se especifique o salário mais favorável ao aprendiz, bem como o piso regional de que trata a Lei Complementar no 103, de 14 de julho de 2000.

Seção II

Da Jornada

Art. 18. A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias.

§ 1º O limite previsto no caput deste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tenham concluído o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

§ 2º A jornada semanal do aprendiz, inferior a vinte e cinco horas, não caracteriza trabalho em tempo parcial de que trata o art. 58-A da CLT.

Art. 19. São vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

Art. 20. A jornada do aprendiz compreende as horas destinadas às atividades teóricas e práticas, simultâneas ou não, cabendo à entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica fixá-las no plano do curso.

Art. 21. Quando o menor de dezoito anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas. Parágrafo único. Na fixação da jornada de trabalho do aprendiz menor de dezoito anos, a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica levará em conta os direitos assegurados na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

Seção III

Das Atividades Teóricas e Práticas

Art. 22. As aulas teóricas do programa de aprendizagem devem ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino, e com meios didáticos apropriados.

§ 1º As aulas teóricas podem se dar sob a forma de aulas demonstrativas no ambiente de trabalho, hipótese em que é vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados.

§ 2º É vedado ao responsável pelo cumprimento da cota de aprendizagem cometer ao aprendiz atividades diversas daquelas previstas no programa de aprendizagem.

Art. 23. As aulas práticas podem ocorrer na própria entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no estabelecimento contratante ou concedente da experiência prática do aprendiz.

§ 1º Na hipótese de o ensino prático ocorrer no estabelecimento, será formalmente designado pela empresa, ouvida a entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, um empregado monitor responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, em conformidade com o programa de aprendizagem.

§ 2º A entidade responsável pelo programa de aprendizagem fornecerá aos empregadores e ao Ministério do Trabalho e Emprego, quando solicitado, cópia do projeto pedagógico do programa.

§ 3º Para os fins da experiência prática segundo a organização curricular do programa de aprendizagem, o empregador que mantenha mais de um estabelecimento em um mesmo município poderá centralizar as atividades práticas correspondentes em um único estabelecimento.

§ 4º Nenhuma atividade prática poderá ser desenvolvida no estabelecimento em desacordo com as disposições do programa de aprendizagem.

Seção IV

Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

Art. 24. Nos contratos de aprendizagem, aplicam-se as disposições da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990.

Parágrafo único. A Contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço corresponderá a dois por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, ao aprendiz.

Seção V

Das Férias

Art. 25. As férias do aprendiz devem coincidir, preferencialmente, com as férias escolares, sendo vedado ao empregador fixar período diverso daquele definido no programa de aprendizagem.

Seção VI

Dos Efeitos dos Instrumentos Coletivos de Trabalho

Art. 26. As convenções e acordos coletivos apenas estendem suas cláusulas sociais ao aprendiz quando expressamente previsto e desde que não excluam ou reduzam o alcance dos dispositivos tutelares que lhes são aplicáveis.

Seção VII

Do Vale-Transporte

Art. 27. É assegurado ao aprendiz o direito ao benefício da Lei no 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o vale-transporte.

Seção VIII

Das Hipóteses de Extinção e Rescisão do Contrato de Aprendizagem

Art. 28. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II - falta disciplinar grave;

III - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

IV - a pedido do aprendiz.

Parágrafo único. Nos casos de extinção ou rescisão do contrato de aprendizagem, o empregador deverá contratar novo aprendiz, nos termos deste Decreto, sob pena de infração ao disposto no art. 429 da CLT.

Art. 29. Para efeito das hipóteses descritas nos incisos do art. 28 deste Decreto, serão observadas as seguintes disposições:

I - o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz referente às atividades do programa de aprendizagem será caracterizado mediante laudo de avaliação elaborado pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica;

II - a falta disciplinar grave caracteriza-se por quaisquer das hipóteses descritas no art. 482 da CLT; e

III - a ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo será caracterizada por meio de declaração da instituição de ensino.

Art. 30. Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 da CLT às hipóteses de extinção do contrato mencionadas nos incisos do art. 28 deste Decreto.

Capítulo VI

Do Certificado de Qualificação Profissional de Aprendizagem

Art. 31. Aos aprendizes que concluírem os programas de aprendizagem com aproveitamento, será concedido pela entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica o certificado de qualificação profissional.

Parágrafo único. O certificado de qualificação profissional deverá enunciar o título e o perfil profissional para a ocupação na qual o aprendiz foi qualificado.

Capítulo VII

Das Disposições Finais

Compete ao Ministério do Trabalho e Emprego organizar cadastro nacional das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica e disciplinar a compatibilidade entre o conteúdo e a duração do programa de aprendizagem, com vistas a garantir a qualidade técnico-profissional.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revoga-se o Decreto no 31.546, de 6 de outubro de 1952.

Brasília, 1º de dezembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.
Luiz Inácio Lula da Silva
Luiz Marinho

ANEXO E – Comunicação Interna

Panamby, 10 de abril de 1999.

Devido a Emenda Constitucional n.º 20, Art. 7º, inciso XXIII conforme circular n.º 054 de 17 de dezembro de 1998, altera a idade de condição de aprendiz, passando nesta data a ingressar no Projeto Guri, aprendizes a partir da faixa etária de 14 a 16 anos incompletos, até a notificação do ofício circular n.º 21 de 24 de março de 1999, onde o Meritíssimo Juiz Federal da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia - MG, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, em decisão exarada no processo n.º 1999.38.03.000350-6, que trata de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal contra a União Federal, decidiu o que segue:

“Em face do exposto, CONCEDO EM PARTE a liminar, para fim de DETERMINAR à Ré UNIÃO FEDERAL, por meio de seus agentes encarregados da Fiscalização do Trabalho, que forneça CTPS às crianças e adolescentes menores de quatorze anos, para fins de aprendizado, bem como forneça tal documento aos maiores de quatorze anos, para quaisquer finalidades, abstendo-se de aplicar sanções aos empregadores que admitirem em suas empresas crianças e adolescentes nas condições referidas.

Mediante ofício, a ser remetido via “fax” e por malote, notifique-se o Ilmº Sr. Secretário de Políticas de Emprego e Salário, do Ministério do Trabalho e Emprego, a fim de que a presente decisão possa ser objeto de cumprimento por todas as Delegacias Regionais do Trabalho no País”.

A emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS deverá seguir o seguinte critério:

- ⇒ para os menores com quatorze anos incompletos, a CTPS somente será emitida para fins de aprendizado;
- ⇒ para os maiores de quatorze anos, serão obedecidos os critérios gerais de emissão de CTPS.

